



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA



Processo Nº 008 Exercício de: 2021

ASSUNTO: Processo Cm n: 008/2021 - Dispõe sobre a avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna - 3º Quadrimestre de 2020.

Nome: Comissão Perm. Orçamento, Finanças e Contabilidade

AUTUAÇÃO

Aos 28 dias do mês junho de 2021, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Departamento de Contabilidade e Orçamento



Ofício nº 18/2021 - D.C.O. – SP.

Jaguariúna, 28 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Afonso Lopes da Silva
Câmara dos Vereadores
13.820-000 – Jaguariúna – SP

Assunto: **Audiência de Metas Fiscais**

Senhor Presidente,

Venho através deste, solicitar o agendamento para a Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna referente ao 3º Quadrimestre do ano de 2020, em cumprimento do disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101 de 04 de maio de 2000).

Atenciosamente,


Sissi Helena Roque
Diretora de Contabilidade e Orçamento

PROTOCOLO
Nº de Ordem <u>0096</u>
Fls. Nº <u>003</u> Livro Nº <u>040</u>
<u>28/01/2021</u> <u>Raimundo</u> Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



003

Jaguariúna, 04 de fevereiro de 2021

Ofício nº 0037/2021.- PRE

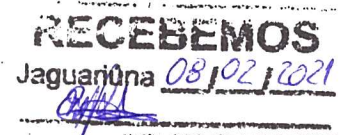
Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, ofício nº 18/2021 da Diretora de Contabilidade e Orçamento, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre/2020**, em cumprimento do disposto ao Art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Lei nº 101 de 04 de maio de 2.000).

Atenciosamente,

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

Ao Senhor
Vereador Erivelton Marcos Proêncio
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 09 de fevereiro de 2021

Ao Senhor

Vereador Afonso Lopes da Silva

Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2020, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **22 de fevereiro corrente (segunda-feira), às 18h00**, nesta **Casa de Leis**.

Atenciosamente,

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2021 **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021.-**

AFONSO LOPES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), e obedecendo o disposto no Ato da Mesa nº 002, de 17 de março de 2020, que *dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna*, expede o presente Edital de Convocação para a **Audiência Pública nº 001/2021, a ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2021 (segunda-feira), às 18h00**, Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2020 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

Referida Audiência Pública será transmitida pelos canais da Câmara Municipal <http://www.facebook.com/camarajaguariuna> e <http://www.youtube.com/camarajaguariuna> e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 09 de fevereiro de 2021


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


CREUSA APARECIDA GOMES
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, comunica a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2020**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **22 de fevereiro de 2021, segunda-feira**, às **18h00**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao Ato da Mesa nº 002/2020, a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

<http://www.facebook.com/camarajaguariuna>

<http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email:

imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2021

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO

Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**PODER LEGISLATIVO DE JAGUARIÚNA****COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS
E CONTABILIDADE
CONVITE**

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, comunica a realização da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2020, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 22 de fevereiro de 2021, segunda-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao Ato da Mesa nº 002/2020, a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

<http://www.facebook.com/camarajaguariuna> <http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2021

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO

Presidente da Comissão Permanente

de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2021
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021.-**

AFONSO LOPES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), e obedecendo o disposto no Ato da Mesa nº 002, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna, expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2021, a ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2021 (segunda-feira), às 18h00, Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☐ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2020 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Referida Audiência Pública será transmitida pelos canais da Câmara Municipal <http://www.facebook.com/camarajaguariuna> e <http://www.youtube.com/camarajaguariuna> e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 09 de fevereiro de 2021

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

CREUSA APARECIDA GOMES

Diretora Geral



Audiência Pública Metas Fiscais

deise ramos fernandes <deiserfernandes@hotmail.com>

Ter, 16/02/2021 09:39

Para: dpm.jaguariuna@policiacivil.sp.gov.br <dpm.jaguariuna@policiacivil.sp.gov.br>; meioambiente@jaguariuna.sp.gov.br <meioambiente@jaguariuna.sp.gov.br>; Reinaldo Vitório Chiavegato <gerencia@acijaguariuna.com.br>; jaguariuna@oabsp.org.br <jaguariuna@oabsp.org.br>; valdir@jaguariuna.sp.gov.br <valdir@jaguariuna.sp.gov.br>; jaguariuna-setutelar@jaguariuna.sp.gov.br <jaguariuna-setutelar@jaguariuna.sp.gov.br>; setuc@jaguariuna.sp.gov.br <setuc@jaguariuna.sp.gov.br>; aeaajaguariuna@gmail.com <aeaajaguariuna@gmail.com>; atendimento@ajja.org.br <atendimento@ajja.org.br>; novafm105.9@gmail.com <novafm105.9@gmail.com>; 26bpmi2cia1pel@policiamilitar.sp.gov.br <26bpmi2cia1pel@policiamilitar.sp.gov.br>; rsblanco@gmail.com <rsblanco@gmail.com>; ciro1000@hotmail.com <ciro1000@hotmail.com>; Apae_Brasil Jaguarina <jaguariuna.sp@apaebrazil.org.br>; obras@jaguariuna.sp.gov.br <obras@jaguariuna.sp.gov.br>; secretaria513@sp.senai.br <secretaria513@sp.senai.br>; secretaria@ASAMAS.com.br <secretaria@ASAMAS.com.br>; gislaine.mathias@terra.com.br <gislaine.mathias@terra.com.br>; brunogianni@yahoo.com.br <brunogianni@yahoo.com.br>; transito@jaguariuna.sp.gov.br <transito@jaguariuna.sp.gov.br>

📎 1 anexos (118 KB)

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA.METAS.EMAIL.doc;

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, comunica a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2020**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **22 de fevereiro de 2021, segunda-feira, às 18h00**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao Ato da Mesa nº 002/2020, a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

<http://www.facebook.com/camarajaguariuna><http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email:
imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2021

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 16 de fevereiro de 2021

À Senhora

Elisanita Aparecida de Moraes

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhora

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 22 de fevereiro de 2021, segunda-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2020**.

Por estarmos em período de emergência em saúde pública, devido à Pandemia do Coronavírus, e atendendo o disposto no Ato da Mesa nº 002/2020, informamos que a Audiência Pública acontecerá na Sala das Sessões, porém sem acesso ao público, que poderá participar através dos meios de comunicação existentes nesta Casa de Leis.

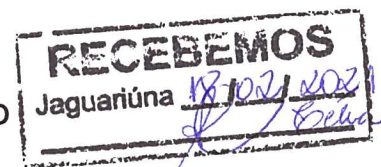
Solicitamos que seja reduzido ao máximo a participação dos técnicos dessa Secretaria na referida audiência, obedecendo-se o que reza o Art. 4º da Portaria nº 040/2020, desta Casa de Leis: **“O atendimento a servidores públicos do Poder Executivo e de outros Poderes assim devidamente identificados será autorizada com prévia comunicação, e tomada todas as medidas sanitárias para o ingresso na Câmara Municipal.”**

Desta forma, solicitamos que nos seja informado o número de servidores que participarão, com antecedência, e os mesmos portem crachás para a entrada no prédio.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária

EDITAL DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Porque descumpridas as exigências legais, conforme artigo 144 do Código Tributário Nacional, e valores constantes da Tabela II, anexa ao Código Tributário do Município (LC 04/91), lavrou-se contra o(s) contribuinte(s) abaixo discriminado(s) a(s) seguinte(s) Guia de Recolhimento:

- Protocolo Nº 8805/2019, cadastro de Nº 207772503, em nome da empresa LAVEBRAS GESTAO DE TEXTEIS S.A., Rodovia SP 95, s/n, Km 131 – Roseira (Cima). Retorno da Correspondência (contendo: Comprovante de Inscrição, Ofício DCTM/DT nº 516/2020 e Guia(s) nº 4, 5 e 1776).

- Protocolo Nº 16884/2018, cadastro de Nº 550516361, em nome da empresa R8 TELECOM INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, Rua Amapá, nº 43, Sala 2 – Subd. Pedro Pina. Retorno da Correspondência (contendo: Comprovante de Inscrição, DCTM/DT nº 598/2020 e Guia(s) nº 202 e 1326).

Informamos ainda a existência de débitos em aberto em nome das empresas junto a esta municipalidade.

Tendo em vista a impossibilidade de localizar o(s) proprietário(s), para conhecimento de terceiros e a fim de cumprir-se o determinado no artigo 292, Item III da L.C. Nº 4 de 20 de dezembro de 1.991, é afixado o presente EDITAL.

Jaguariúna, 16 de fevereiro de 2021.

ÍCARO BIOTTO BATTONI

Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária

EDITAL DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Porque descumpridas as exigências legais, conforme artigo 144 do Código Tributário Nacional, e valores constantes da Tabela II, anexa ao Código Tributário do Município (LC 04/91), lavrou-se contra o(s) contribuinte(s) abaixo discriminado(s) a(s) seguinte(s) Guia de Recolhimento:

- Protocolo Nº 24/2020, cadastro de Nº 550519027, em nome da empresa MOLEKULA BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO EIRELI, Rua Vereador Emilio Bergamasco Filho (Milo), nº 38 – Loteamento Residencial Reserva da Barra. Retorno da Correspondência (contendo: Comprovante de Inscrição e Guia(s) nº(s) 157 e 1755).

- Protocolo Nº 3109/2020, cadastro de Nº 550519151, em nome da empresa PAATH NINIVE DA COSTA BARROS, Rua Sílvia Bueno, nº 301 – Centro. Retorno da Correspondência (contendo: Comprovante de Inscrição e Guia(s) nº 178).

- Protocolo Nº 4957/2019, cadastro de Nº 550519083, em nome da empresa CARLOS EVANDRO ROBERTO, Rua Regente Feijó, nº 672 – Jd. Mauá II. Retorno da Correspondência (contendo: Comprovante de Inscrição, Ofício DCTM/DT nº 499/2020 e Guia(s) nº 340, 183 e 1774).

- Protocolo Nº 2692/2018, cadastro de Nº 550515515, em nome da empresa C.L.N. ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, Rua João Pires Germano, nº 864, Térreo, Esq. Rua Alcides de Oliveira Germano, nº 301 – Subd. Jacques (Jose Jacques Oliveira Germano), Retorno da Correspondência (contendo: Comprovante de Inscrição e Guia(s) nº 146, 279 e 1738).

- Protocolo Nº 10279/2016, cadastro de Nº 550514404, em nome da empresa ALVES & PATRONE CONSULTORIA LTDA, Rua Alfredo Engler, nº 146 – Centro. Retorno da Correspondência (contendo: Ofício DCTM/DT nº 584/2020 e Guia(s) nº 522978).

Tendo em vista a impossibilidade de localizar o(s) proprietário(s), para conhecimento de terceiros e a fim de cumprir-se o determinado no artigo 292, Item III da L.C. Nº 4 de 20 de dezembro de 1.991, é afixado o presente EDITAL.

Jaguariúna, 16 de fevereiro de 2021.

ÍCARO BIOTTO BATTONI

Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária

PODER LEGISLATIVO DE JAGUARIÚNA

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, comunica a realização da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 3º Quadrimestre de 2020, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 22 de fevereiro de 2021, segunda-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao Ato da Mesa nº 002/2020, a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

<http://www.facebook.com/camarajaguariuna> <http://www.youtube.com/camarajaguariuna>

e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Câmara Municipal de Jaguariúna, fevereiro de 2021

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO

Presidente da Comissão Permanente

de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2021 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021.-

AFONSO LOPES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo



9º, § 4º), e obedecendo o disposto no Ato da Mesa nº 002, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna, expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 001/2021, a ocorrer no dia 22 de fevereiro de 2021 (segunda-feira), às 18h00, Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☐ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 3º Quadrimestre de 2020 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Referida Audiência Pública será transmitida pelos canais da Câmara Municipal <http://www.facebook.com/camarajaguariuna> e <http://www.youtube.com/camarajaguariuna> e a participação da população se dará através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 09 de fevereiro de 2021

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

CREUSA APARECIDA GOMES

Diretora Geral



Daniela de Oliveira <danielaoliveira@camarajaguariuna.sp.gov.br>

Convite Audiência Pública

Daniela de Oliveira <danielaoliveira@camarajaguariuna.sp.gov.br>

16 de fevereiro de 2021 09:14

Para: afonso23silva@hotmail.com, ver.anapaula@camarajaguariuna.sp.gov.br, andreiajsa1903@gmail.com, ver.tonproencio@camarajaguariuna.sp.gov.br, camposfrancisco999@gmail.com, ver.drjunior@camarajaguariuna.sp.gov.br, "Ver. Zé Muniz" <zé.muniz@camarajaguariuna.sp.gov.br>, ver.rodriguinho@camarajaguariuna.sp.gov.br, romilsonpv@yahoo.com.br, ver.silviomenezes@camarajaguariuna.sp.gov.br, "Ver. Tozzi" <ver.tozzi@camarajaguariuna.sp.gov.br>, ver.wanderley@camarajaguariuna.sp.gov.br, Vereador Wilian Morrinho <ver.wilianmorrinho@camarajaguariuna.sp.gov.br>

Senhores e Senhora:

Encaminhamos o convite de Audiência Pública - Metas Fiscais - 3º Quadrimestre 2020, que será dia 22/02/2021, às 18h.

Att

Daniela

 CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA.METAS.EMAIL.doc
118K



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE DE 2020, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021, ÀS 18H, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao a Audiência Pública será transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal:

imprensa @camarajaguariuna.sp.gov.br

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para a Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Eriventon Marcos Proêncio.
- O Sr.. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio, destaca a presença dos demais Vereadores Membros da Comissão, sendo a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz, Vice-Presidente e o Sr. Francisco de Souza Campos;
- Destaca a presença da Sra. Secretária Elisanita Aparecida de Moraes, que está ali na Câmara Municipal para fazer a apresentação das Metas Fiscais;
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - A Representante da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - Os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e trélicas;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE/2020

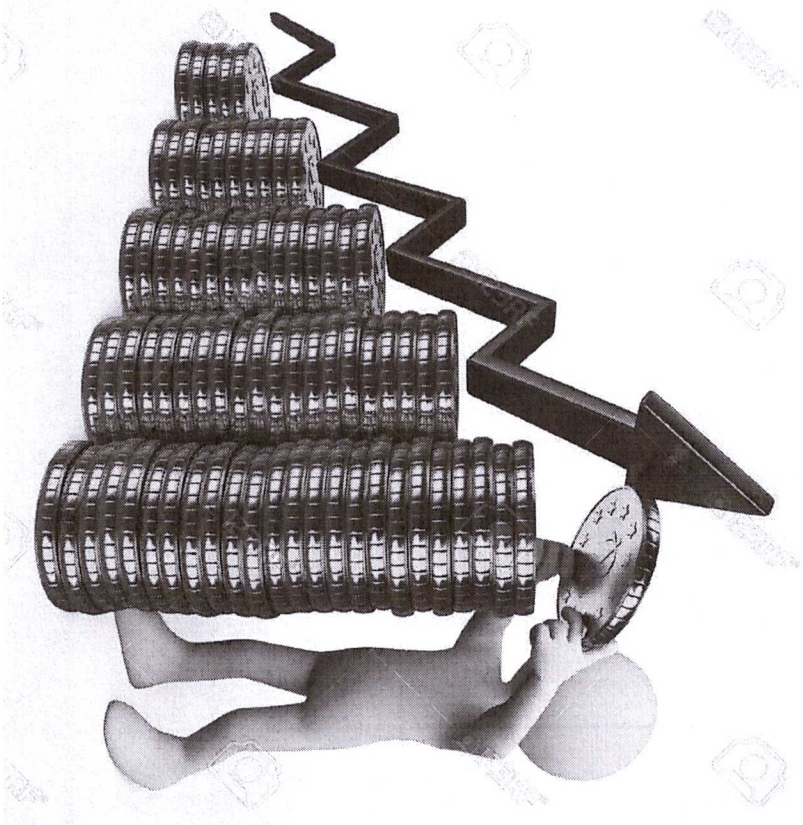
- Deixa livre a palavra aos Vereadores que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

.....
.....

- Palavras do Sr.. Presidente.
- Encerramento da Audiência Pública.



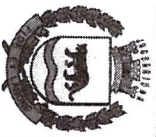
Prefeitura do Município de Jaguaruima



Audiência Pública

Metas Fiscais

3º Quadrimestre 2020

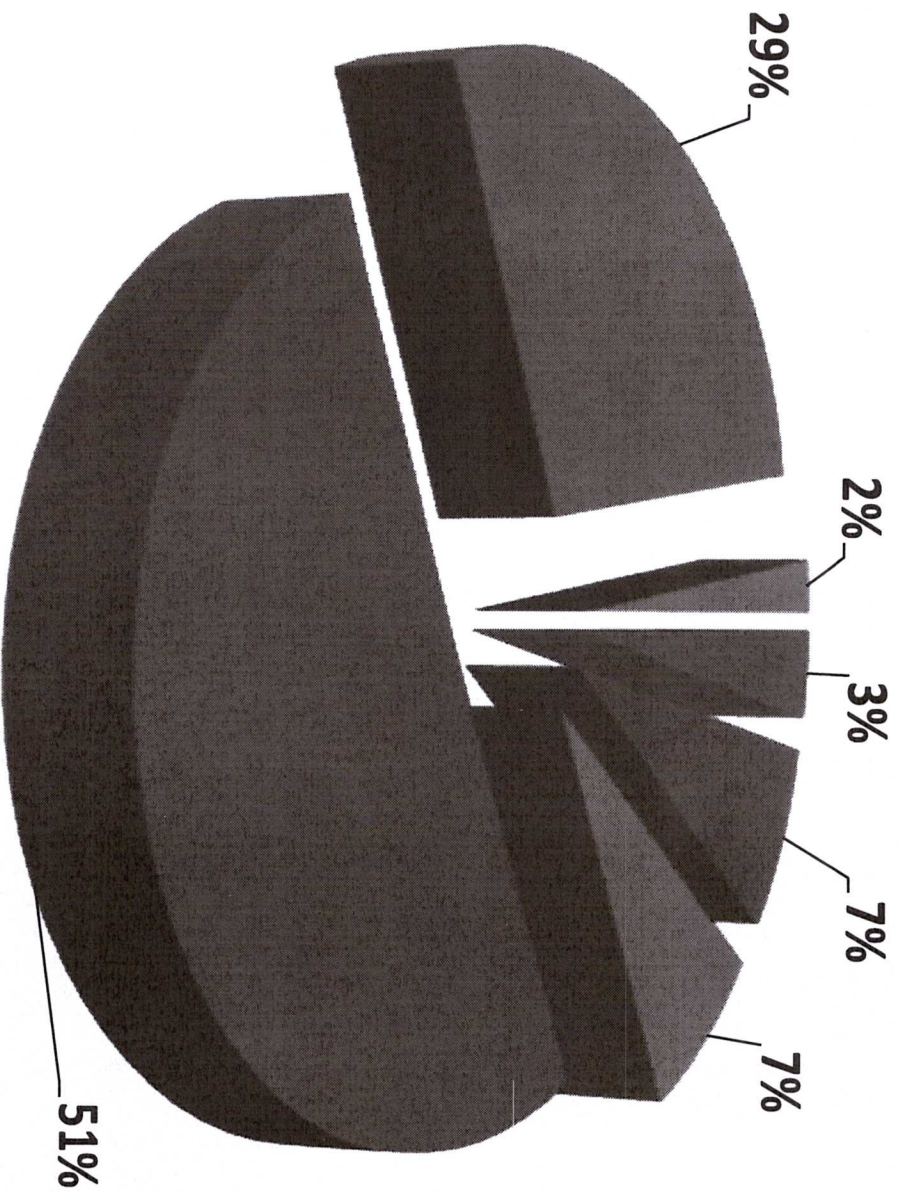


Receitas 2020

RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		3º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 492.393.825,00	R\$ 456.029.492,97	92,61 %
IPTU	R\$ 19.320.000,00	R\$ 14.983.416,94	77,55 %
ISSQN	R\$ 38.027.000,00	R\$ 31.222.393,07	82,10 %
FPM	R\$ 35.666.000,00	R\$ 31.857.947,46	89,32 %
ICMS	R\$ 236.800.000,00	R\$ 217.364.798,45	91,79 %
Demais Receitas Correntes	R\$ 162.580.825,00	R\$ 160.600.937,05	98,78 %
(-) Contas Redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR, IPVA)	-R\$ 56.820.000,00	-R\$ 52.185.978,66	91,84 %
Receitas Intra orçamentárias	R\$21.882.000,00	R\$ 16.980.684,21	77,60%
Receitas de Capital	R\$ 22.030.175,00	R\$ 8.991.133,39	40,81 %
Transferências de Convênios	R\$ 3.650.175,00	R\$ 3.036.992,29	83,20 %
Alienação de Bens	R\$ 500.000,00	R\$ 124.605,50	24,92 %
Operações de Crédito	R\$ 17.880.000,00	R\$ 5.829.535,60	32,60 %
TOTAL	R\$ 479.486.000,00	R\$ 429.815.331,91	89,64%



Receitas 2020



- IPTU
- ISSQN
- FPM
- ICMS
- DEMAIS RECEITAS
- RECEITAS CAPITAL



Receitas 2020

RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		3º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 492.393.825,00	R\$ 456.029.492,97	92,61 %
IPTU	R\$ 19.320.000,00	R\$ 14.983.416,94	77,55 %
ISSQN	R\$ 38.027.000,00	R\$ 31.222.393,07	82,10 %
FPM	R\$ 35.666.000,00	R\$ 31.857.947,46	89,32 %
ICMS	R\$ 236.800.000,00	R\$ 217.364.798,45	91,79 %
Demais Receitas Correntes	R\$ 162.580.825,00	R\$ 160.600.937,05	98,78 %
(-) Contas Redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR, IPVA)	-R\$ 56.820.000,00	-R\$ 52.185.978,66	91,84 %
Receitas Intra orçamentárias	R\$21.882.000,00	R\$ 16.980.684,21	77,60%
Receitas de Capital	R\$ 22.030.175,00	R\$ 8.991.133,39	40,81 %
Transferências de Convênios	R\$ 3.650.175,00	R\$ 3.036.992,29	83,20 %
Alienação de Bens	R\$ 500.000,00	R\$ 124.605,50	24,92 %
Operações de Crédito	R\$ 17.880.000,00	R\$ 5.829.535,60	32,60 %
TOTAL	R\$ 479.486.000,00	R\$ 429.815.331,91	89,64%



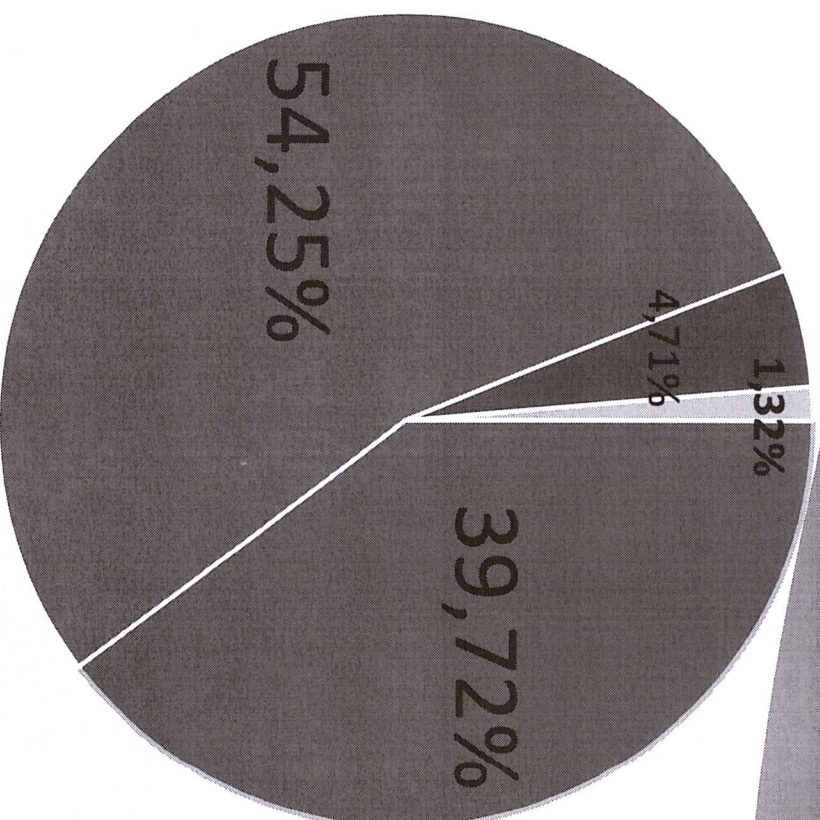
Despesas 2020

DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		EMPENHADO	LIQUIDADADO
Despesas Correntes	R\$ 402.159.355,00	376.986.300,68	R\$ 376.175.049,35
Pessoal e Encargos - Poder Executivo	R\$ 181.773.990,00	R\$ 156.356.628,19	R\$ 156.356.628,19
Pessoal e Encargos - Poder Legislativo	R\$ 4.507.000,00	R\$ 4.453.906,11	R\$ 4.453.906,11
Outras Despesas Correntes	R\$ 215.878.365,00	R\$ 216.175.766,38	R\$ 215.364.515,05
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 18.313.555,00	R\$ 5.593.626,98	R\$ 5.593.626,98
Despesas de Capital	R\$ 30.254.645,00	R\$ 19.429.216,95	R\$ 16.899.381,49
Reserva de Contingenciamento	R\$ 47.072.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 479.486.000,00	R\$ 396.415.517,63	R\$ 393.074.430,84



Despesas 2020

Despesas



■ PESSOAL E ENCARGOS

■ OUTRAS DESPESAS CORRENTES

■ DESPESAS DE CAPITAL

■ Despesas Intraorganizacionárias



EXERCÍCIO 2020

EXERCÍCIO 2020	
DESCRIÇÃO	
RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIO	R\$ 403.363.353,74
(-)	
DESPESA EMPENHADA	R\$ 385.414.308,54
(+) REPASSE DUODÉCIMO CÂMARA	R\$ 5.765.000,00
(-) DEVOLUÇÃO DUODÉCIMO CÂMARA	R\$ 518.944,83
TOTAL CÂMARA	R\$ 5.246.055,17
SUPERÁVIT EXERCÍCIO	R\$ 12.702.990,03
EM PERCENTUAL %	3,15





Restos a Pagar - Resumo

SALDO A PAGAR

2012	R\$	99.853,05
2014	R\$	140.725,53
2015	R\$	1.931.480,97
2016	R\$	299.576,57
2017	R\$	6.252,54
2020	R\$	10.453.154,99
TOTAL	R\$	12.931.043,65



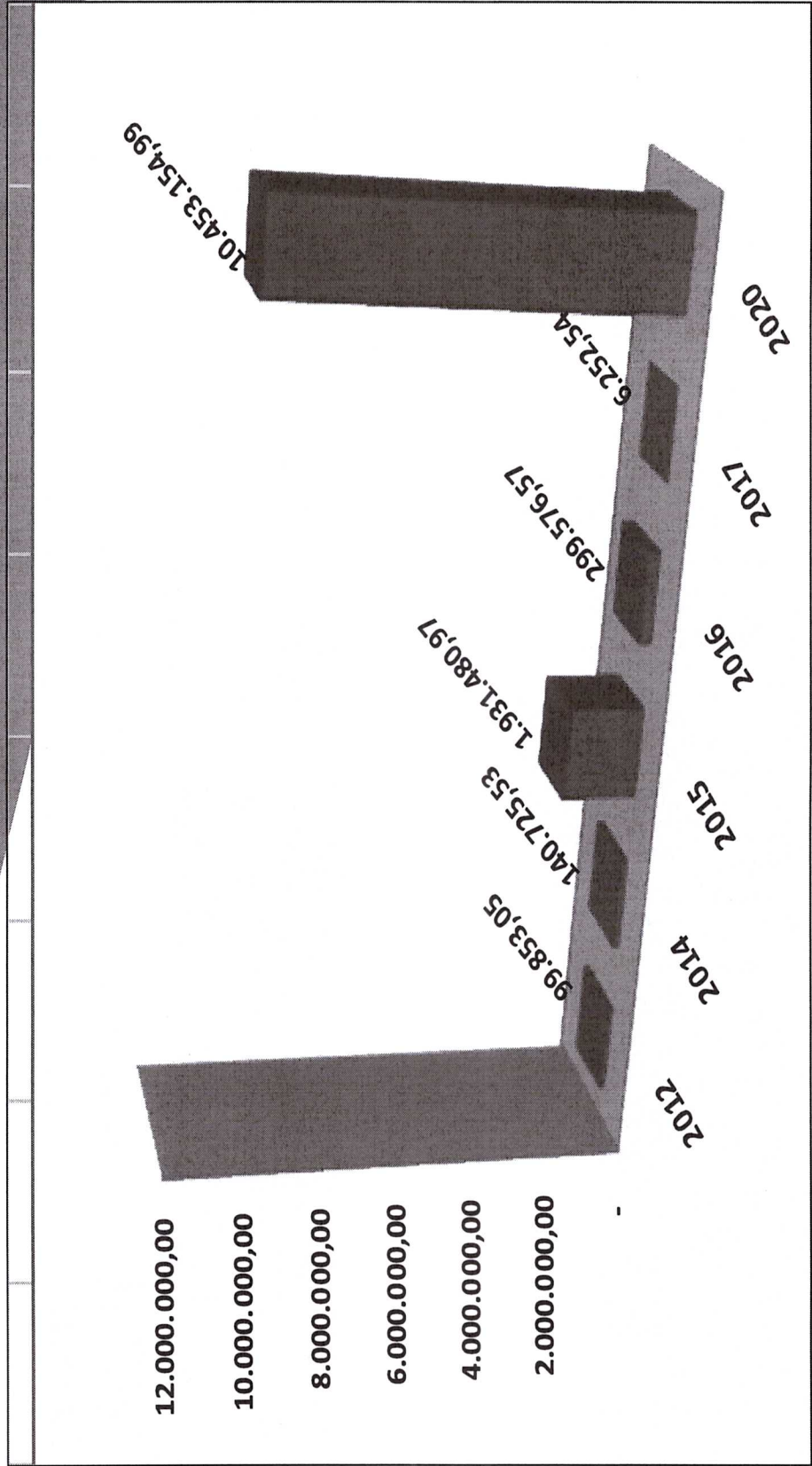
Restos a Pagar - Resumen

SALDO A PAGAR

2012	R\$ 99.853,05
2014	R\$ 140.725,53
2015	R\$ 1.931.480,97
2016	R\$ 299.576,57
2017	R\$ 6.252,54
2020	R\$ 10.453.154,99
TOTAL	R\$ 12.931.043,65



Restos a Pagar





DÍVIDA CONSOLIDADA

2020

1°
QUADRIMESTRE
R\$ 27.216.226,79

2°
QUADRIMESTRE
R\$ 31.925.126,72

3°
QUADRIMESTRE
R\$ 28.709.685,06



DÍVIDA CONSOLIDADA

Detalhamento

Descrição	Valor
JaguarPrev – Acordo 767/2016	R\$ 1.305.621,79
Jaguarprev – Lei 2693/2020	R\$ 8.175.276,19
Desenvolve SP	R\$ 8.740.359,37
INSS	R\$ 939.974,81
Fornecedores	R\$ 9.407.162,94
Finisa	R\$ 141.289,96
Total	R\$ 28.709.685,06



679



Receita Corrente Líquida

2020

(A) RECEITAS CORRENTES	R\$ 453.364.317,21
(B) PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 8.705.868,50
(C) FUNDEB	R\$ 52.185.978,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A-B-C)	R\$ 392.472.470,05



Aplicações

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	R\$ 392.472.470,05
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 150.602.824,36
PORCENTAGEM RELAÇÃO R.C.L	38,37%



Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 64.784.858,96
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 31.857.947,46
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 231.694.179,19
TOTAL	R\$ 328.336.985,61



Aplicação na Educação

Recursos Tesouro

APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

(A) Receita de impostos	R\$ 328.336.985,61
(B) Total Empenhos Liquidados	R\$ 43.204.274,38
(C) Valor retido FUNDEB	R\$ 52.185.978,66
(D) Total Aplicado (B+C)	R\$ 95.390.253,04
(E) Porcentagem Aplicação (D / A)	29,04 %
(F) Mínimo Constitucional 25%	R\$ 82.084.246,40
(G) Diferença a maior	R\$ 13.306.006,64



Aplicação FUNDEB

Despesas Liquidadas

APLICAÇÃO FUNDEB

(A) Valor recebido	R\$ 42.072.804,53	
(B) Rendimentos	R\$ 5.595,44	
(C) Total (A + B)	R\$ 42.078.399,97	
(D) Total liquidado	R\$ 42.078.399,97	100,00 %
(E) Aplicação Magistério Empenhado (60%)	R\$ 42.078.399,97	100,00 %
(F) Outros Empenhado (40%)	R\$ 0,00	0,00 %



ARRECADADAÇÃO FUNNDEB

Mês / ano 2020	Valor
Janeiro	R\$ 4.619.639,47
Fevereiro	R\$ 3.909.570,04
Março	R\$ 4.063.992,04
Abril	R\$ 2.504.829,52
Maiο	R\$ 2.504.100,66
Junho	R\$ 3.027.522,98
Julho	R\$ 2.702.685,53
Agosto	R\$ 3.179.230,41
Setembro	R\$ 3.700.006,13
Outubro	R\$ 3.606.685,86
Novembro	R\$ 3.433.649,06
Dezembro	R\$ 4.820.892,83
TOTAL	R\$ 42.072.804,53



Aplicação na Saúde

APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	R\$ 325.714.754,82
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 45.434.985,19
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 76.511.029,17
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 19.162.625,80
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 102.783.388,50
(F) Porcentagem Aplicação	31,55%
(G) Mínimo Constitucional 15%	R\$ 48.857.213,22
(H) Diferença a maior	R\$ 53.926.175,28



023

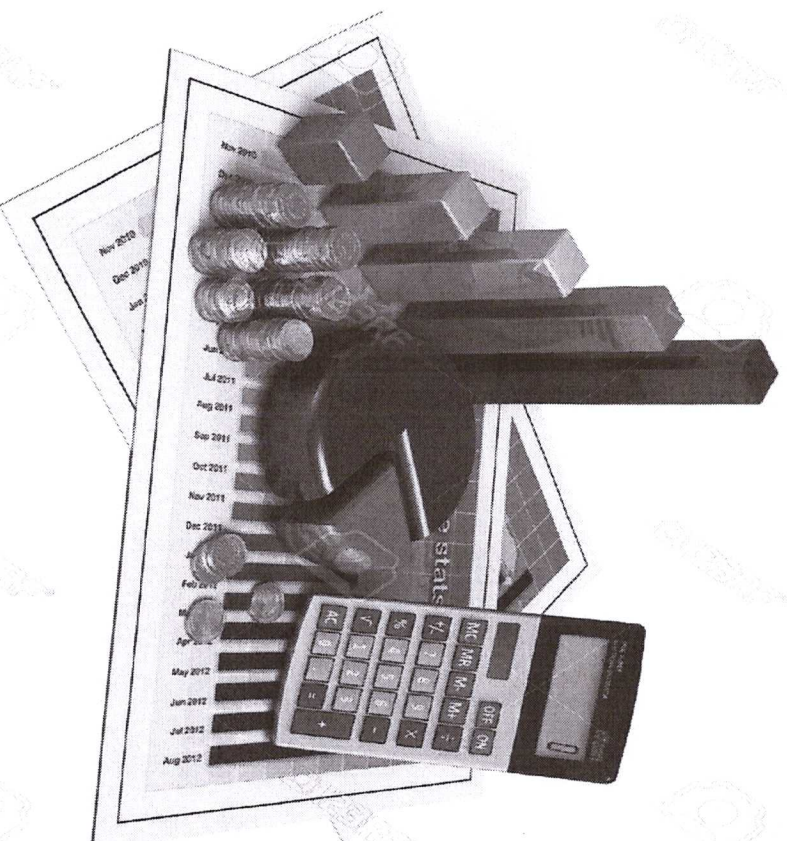


Prefeitura do Município de Jaguariúna

Marcio Gustavo B. Reis
Prefeito Municipal

Elisanita Aparecida de Moraes
Secretária de Administração e Finanças

OBRIGADA





Aplicação na Saúde

APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	R\$ 325.714.754,82
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 45.434.985,19
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 76.511.029,17
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 19.162.625,80
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 102.783.388,50
(F) Porcentagem Aplicação	31,55%
(G) Mínimo Constitucional 15%	R\$ 48.857.213,22
(H) Diferença a maior	R\$ 53.926.175,28



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de dois mil e vinte, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 002/2021, datado de 09 de fevereiro de 2021, realizada no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Vice-Presidente Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes. Secretários Srs. Ana Paula Espina de Souza Muniz e Cristiano José Cecon. Presentes na Câmara Municipal os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Ana Paula Espina de Souza Muniz, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos, José Muniz, Wilian Barbosa do Morrinho e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Cristiano José Cecon, José Alaercio de Toledo Lima Junior, Rodrigo Reis de Souza, Romilson Nascimento Silva, Silvio Luiz Telles de Menezes e Wanderley Teodoro Filho. Presente, também, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explicações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa, e ainda presentes os Srs. Valdir Antonio Parisi, Secretário Municipal de Governo, Sra. Sissi Helena Roque, Diretora de Contabilidade e Orçamento, Fernando Moraes, Diretor de Planejamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, onze pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Afonso Lopes da Silva, cumprimentou a todos, dizendo que estavam ali reunidos para realizar a primeira Audiência Pública das Metas Fiscais do ano de dois mil e vinte e um e que fariam, na verdade, a apresentação dos números do ano passado, fechando o terceiro quadrimestre, e explicando o porquê era feita aquela reunião e disse que era para comparar o Orçamento de dois mil e vinte com as questões das realizações da Prefeitura e, então faziam aquela conferência e que aquela Audiência seria presidida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e que era uma questão importante do ponto de vista da transparência da Prefeitura, da transparência da Administração Pública; a Audiência Pública seria transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal através do [youtube.com/camarajaguariuna](https://www.youtube.com/camarajaguariuna) e a participação da população se daria através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br; e as pessoas que quisessem participar poderiam mandar a pergunta direto para a Câmara que a Comissão de Orçamento iria encaminhar a questão para a Secretária Elisanita que, posteriormente seria chamada para compor a Mesa para que conseguissem debater e conseguissem responder; deu, naquele momento, a abertura oficial à Audiência Pública, passando os trabalhos para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para presidir os trabalhos naquela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



noite; desejou boa noite e um bom trabalho para todos; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão Erivelton Marcos Proêncio cumprimentou a todos que seguiam pelas redes sociais, aos Vereadores presentes, aos funcionários da Prefeitura, aos funcionários daquela Casa e, a seguir chamou a Mesa, os Vereadores que eram membros daquela Comissão a Ana Paula Espina que era a Vice-Presidente e o Francisco que era o Secretário; destacou ainda a presença da Sissi Helena Roque que era Diretora do Departamento de Contabilidade e Orçamento, do Fernando que era Diretor do Planejamento, o Valdir Parisi que era Secretário de Governo, destacou a presença da Secretária Elisanita Aparecida de Moraes que estava presente naquela noite para fazer a apresentação das Metas Fiscais e, naquele momento chamou a Secretária, também, e destacou ainda a presença dos Vereadores Afonso Lopes da Silva, José Muniz, Walter Luís Tozzi de Camargo e Wilian Barbosa do Morrinho; e disse que iria iniciar e que passaria a palavra para a senhora Secretária, porém, para manter a organização dos trabalhos para que pudessem ter uma audiência efetiva e produtiva, tanto para eles que estavam lá, quanto àqueles que assistiam em casa, ele pediu para que reservassem as perguntas para o final da palavra da Secretária; então, assim que ela terminasse de fazer a apresentação, abriria para poder fazer as perguntas, correto, e perguntou se poderia ser daquela forma, perfeito; tomou a palavra a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças que cumprimentou a todos e disse que iria fazer a apresentação da Audiência Pública em decorrência do § 4º, do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – e que demonstrariam os resultados, na realidade, do terceiro bimestre mas, automaticamente, os resultados do exercício de dois mil e vinte; e que tinham das Receitas, as Receitas previstas e a Receitas realizadas no quadrimestre que era referente ao exercício de dois mil e vinte; das Receitas Correntes, quatrocentos e noventa e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, era o valor previsto, o arrecadado quatrocentos e cinquenta e seis milhões, zero vinte e nove mil; a senhora Secretária disse que iria arredondar para ser mais rápido a apresentação, qualquer dúvida; e disse que as Receitas Correntes desdobradas e IPTU, dezenove milhões, trezentos e vinte mil, era o previsto, arrecadado catorze milhões, novecentos e oitenta e três mil; ISSQN, o valor previsto era de trinta e oito milhões, vinte e sete mil, arrecadado trinta e um milhões, duzentos e vinte e dois mil; FPM, trinta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, arrecadado trinta e um milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil; ICMS, que era a maior arrecadação, duzentos e trinta e seis milhões, oitocentos mil, era a previsão, arrecadado duzentos e dezessete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil; Demais Receitas Correntes, cento e sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta mil, era a previsão, arrecadado foi de cento e sessenta milhões, seiscentos mil; as Contas Retificadoras, o vinte por cento que era retido e iria para o FUNDEB de cinquenta e seis milhões, oitocentos e vinte, de previsão, foi executado cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e cinco mil; Receitas Intra Orçamentárias, vinte e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



um milhões, oitocentos e oitenta e dois, era a previsão e foi arrecadado dezesseis milhões, novecentos e oitenta; Receitas de Capital, vinte e dois milhões e trinta mil, era a previsão e oito milhões, novecentos e noventa e um mil foi o executado; Transferências de Convênios, três milhões, seiscentos e cinquenta mil, executado, três milhões e trinta e seis mil; quinhentos mil de Alienação de Bens, era a previsão, executado cento e vinte e quatro mil; Operações de Crédito, dezessete milhões, oitocentos e oitenta mil, arrecadado cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil e que lá tinha o Desenvolve SP e o FINIS uma pequena parte só que receberam por conta do andamento das obras, então, conforme andava as obras iriam arrecadando; então, do total previsto e que aquele total era o Município, era de quatrocentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, arrecadado quatrocentos e vinte e nove milhões, oitocentos e quinze mil, oitenta e nove vírgula sessenta e quatro por cento; disse ainda que, por conta do exercício e a questão da pandemia, então a arrecadação, realmente, foi menor; disse que lá tinha um gráfico demonstrando e que a maior Receita do Município era do ICMS com cinquenta e um por cento, depois vinha o IPTU com vinte e nove por cento; no próximo quadro tinha a arrecadação mensal do ICMS que era a maior arrecadação e que começava de janeiro com treze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil; depois para catorze, em março, dezesseis; em abril começou a pandemia daí já caiu; onze milhões, sessenta e sete; dez milhões, oitocentos e setenta e nove, em maio; depois recuperava um pouco e, realmente, os meses de abril e maio foram os meses mais complicados, abril, maio e até o mês de julho, foram os meses mais complicados; de Despesas Correntes, quatrocentos e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, era o previsto, valor empenhado trezentos e setenta e seis milhões, novecentos e oitenta e seis mil, liquidado trezentos e setenta e seis milhões, cento e setenta e cinco mil e que a diferença do valor empenhado para o liquidado, o liquidado, realmente, eram aqueles que chegaram as notas fiscais e os serviços foram executados; o valor empenhado tinha uma diferença porque eram aquelas receitas de competência de dezembro mas, que ficavam pendentes em Restos a Pagar daí seria o não processados, para o próximo exercício; Previsão: Despesas de Pessoal – Poder Executivo, cento e oitenta e um milhões, setecentos e setenta e três mil, empenhado cento e cinquenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e seis, e liquidados cento e cinquenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e seis mil; Pessoal e Encargos do Poder Legislativo, quatro milhões, quinhentos e sete mil, era o previsto, empenhado e liquidado quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil; Outras Despesas Correntes, duzentos e quinze milhões, oitocentos e setenta e oito mil, era a previsão, gastou-se mais, duzentos e dezesseis milhões, cento e setenta e cinco mil, liquidados duzentos e quinze milhões, trezentos e sessenta e quatro mil; as Despesas Intraorçamentárias, dezoito milhões, trezentos e treze mil, foi empenhado cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil, o liquidado também foi o mesmo valor; de Despesa de Capital, trinta milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, era o valor previsto, empenhado



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



dezenove milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, liquidado dezesseis milhões, oitocentos e noventa e nove mil; de Reserva de Contingência, quarenta e sete milhões, setenta e dois mil, ele era o valor previsto, não podia ser executado nada, como reserva de contingência; o Total previsto do exercício de dois mil e vinte era de quatrocentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil que era a Despesa, executado trezentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e quinze mil, no empenhado, no liquidado trezentos e noventa e três milhões, setenta e quatro mil; no próximo quadro tinha um gráfico também, demonstrando a maior Despesa que eram as Despesas Correntes; no próximo quadro a senhora Elisanita disse que tinha feito um quadro separado com o resultado só da Prefeitura e explicou como estava sendo demonstrado, o resultado do exercício, lá tinha o resultado da Prefeitura porque no exercício tinha, também, a arrecadação da JaguarPrev e nele, também tinha na Despesa, a Despesa da Câmara e que aquela era, realmente, a composição que o Tribunal de Contas fazia para análise e se o exercício estava superavitário ou deficitário; então tinham uma arrecadação no exercício de quatrocentos e três milhões, trezentos e sessenta e três mil; o total previsto em Prefeitura e SAE, lembrando que no ano passado tinha o valor do SAE de quatrocentos e vinte e cinco milhões, portanto, foi uma arrecadação, a Menor, de quase vinte e dois milhões; tiveram uma Despesa Empenhada de trezentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e catorze mil; o valor na Despesa, o repasse para a Câmara que também entrava no cálculo, onde foi destacado, o repasse da Câmara era de cinco milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e a devolução que a Câmara fez do duodécimo, no ano passado, foram em dois momentos, foram duzentos e cinquenta mil e depois mais trezentos e poucos mil, no final do ano, disse que ela queria mais, disse ao Waltinho que estava lá que ela queria mais; naquele momento o senhor Francisco de Souza Campos disse que no slide lá estava meio sem definição mas que a Despesa de Capital era quatro ponto setenta e um; Despesa Corrente que estava em laranja, era de cinquenta e quatro por cento, daí ela explicou que cinquenta e quatro e vinte e cinco era de Despesa Corrente, trinta e nove e setenta e dois era de Despesa de Pessoal; Despesas de Capital dava um e trinta e dois, melhor dizendo, quatro e setenta e um e Despesa Intra, um e trinta e dois; o senhor presidente solicitou, naquele momento para que deixasse a senhora Secretária terminar a apresentação; continuando a senhora Secretária disse que o total da Câmara era de cinco milhões, duzentos e quarenta e seis mil que foi o valor repassado, menos a devolução, então, tiveram um superávit no exercício de doze milhões, setecentos e dois mil e que em percentual dava três vírgula quinze por cento; a senhora Elisanita destacou ainda a questão, realmente, da gestão austera que tinham tido em analisar todos os contratos, analisar cada Despesas e que tiveram um momento de pandemia no qual a arrecadação caiu e que foi repassado setenta e seis milhões no ano passado para o hospital; dezesseis milhões a mais de aditamento e, mesmo assim, conseguiram um resultado superavitário; no próximo quadro tinha os saldos dos Restos a Pagar e ele tinha um valor, em dois mil e doze



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ainda tinha noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais; em dois mil e catorze, cento e quarenta mil, e que em dois mil e treze não tinha mais nada de Restos a Pagar; em dois mil e catorze era de cento e quarenta mil, setecentos e vinte e cinco; em dois mil e quinze, um milhão, novecentos e trinta e um mil; em dois mil e dezesseis, duzentos e noventa e nove mil; ela queria destacar ainda que em dois mil e doze, dois mil e catorze e dois mil e quinze ainda não efetuaram o pagamento porque estava pendente na Justiça e, então estava discutindo a questão, realmente, se deveriam ou não; então estava pendente na Justiça e, por isso, não foi pago ainda, em dois mil e dezesseis; em dois mil e dezessete tinha somente uma rescisão de um funcionário que não veio buscar; de dois mil e vinte os dez milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, tinha sete milhões, cento e noventa e dois mil que era um processado e, ainda três milhões, duzentos e sessenta, não processado; aqueles empenhos não processados eram provenientes de convênios os quais já tinham recursos na conta, tinha equipamento do hospital, tinha a questão de ciclovias vinculadas aos convênios, então, por isso que estava naquele valor; totalizando os Restos a Pagar doze milhões, novecentos e trinta e um mil; no próximo quadro, graficamente, foi demonstrado para todos; a Dívida Consolidada, no primeiro quadrimestre tinham vinte e sete milhões, duzentos e dezesseis mil; no segundo quadrimestre, trinta e um milhões, novecentos e vinte e cinco mil; terceiro quadrimestre fecharam com vinte e oito milhões, setecentos e nove; a Secretária disse que lá ela montou um quadro a parte e que queria falar alguns números para eles; no momento, entre Restos a Pagar e a Dívida Consolidada, o Município devia quarenta e um milhões, seiscentos e quarenta, mas tudo parcelado, uma parte iriam pagar no exercício de dois mil e vinte e um; quando a Administração em dois mil e dezessete tinha assumido, estava falando do encerramento e do início da Administração tinham trinta e oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil em Restos a Pagar; mais de Dívida fundada cinquenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil o qual chegava num valor de noventa e três milhões, cento e vinte nove mil; pagaram em dois mil e dezessete e dois mil e dezoito, quatro milhões, trezentos e seis mil de precatório, mais seis milhões, quatrocentos e setenta e um, em dois mil e dezenove, melhor dizendo, em dois mil e vinte; então, no momento, já pagaram da Administração anterior cento e três milhões, novecentos e sete mil, então conseguiram diminuir a dívida, então, tinha cento e três milhões, novecentos e sete, contra quarenta e um, seiscentos e quarenta, diminuindo a dívida em sessenta e dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil; disse ainda que os vinte e oito milhões era detalhado na dívida; um milhão, trezentos e cinco mil era da última dívida do JaguarPrev que era de dois mil e dezesseis ainda e, lembrando que faltavam algumas parcelas para pagar quando foram discutir o parcelamento do JaguarPrev e era aquele que faltava em dois mil e dezesseis; os oito milhões, cento e setenta e cinco mil era, justamente o que os Vereadores aprovaram, a lei do parcelamento, lembrando que iriam fazer em quarenta parcelas; o Desenvolve SP, oito milhões, setecentos e quarenta mil que era um

Jsc
10
[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



financiamento de recapeamento; o INSS era de novecentos e trinta e nove mil; Fornecedores, nove milhões, quatrocentos e sete mil, aqueles fornecedores tinham o PPO de sete milhões, setecentos e sessenta e oito mil; uma parte da FAJ que foi re-parcelada e que estavam pagando e que terminaria ainda esse ano e da Positivo que estavam discutindo na Justiça; da FINISA, cento e quarenta e um mil, lembrando que ela tinha falado na questão da Receita de Capital só entrou cento e quarenta e um mil de financiamento do FINISA e o restante era do Desenvolve SP; da Receita Corrente Líquida – Receitas Correntes Município, que entrava da JaguarPrev, também, quatrocentos e cinquenta e três milhões, trezentos e sessenta e quatro mil; Plano Previdenciário que era deduzido, oito milhões, setecentos e cinco mil; FUNDEB, cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e cinco mil; então tinham uma Receita Corrente Líquida de trezentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil; tiveram uma despesa com Pessoal de cento e cinquenta milhões, seiscentos e dois mil e, percentual trinta e oito vírgula trinta e sete por cento; lembrando que naqueles valores de Pessoal, não entrava naquele percentual, o vale-refeição que no ano passado foi num total de seis milhões, oitocentos e catorze mil, não entrava o vale-alimentação que foi num total de um milhão setecentos e noventa e oito mil e a cesta básica, quatro milhões cento e setenta e um mil; todos os funcionários recebiam o vale-refeição e recebiam ou o vale-alimentação ou a cesta básica e que aquelas três despesas a mais elevariam em três e vinte e seis o percentual, no total de quarenta e um e sessenta e três, não era aquela conta a se fazer mas, era só a título de demonstração mesmo dos valores para os senhores Vereadores; da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais que era questão da ampliação na Educação e na Saúde; dos Impostos Municipais, sessenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil; as Transferências da União totalizaram, trinta e um milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e as Transferências do Estado que estava dentro o ICMS que era a maior arrecadação, duzentos e trinta e um milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, totalizando trezentos e vinte e oito milhões, trezentos e trinta e seis mil as Receitas de Impostos e Transferência do exercício de dois mil e vinte; depois tinha a Aplicação no Ensino, trezentos e vinte e oito milhões de impostos os Empenhos Liquidados quarenta e três milhões, duzentos e quatro mil; Valor retido do FUNDEB que entrava na aplicação era de cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, totalizando noventa e cinco milhões, trezentos e noventa mil; vinte e nove zero quatro foi a aplicação; o Mínimo Constitucional oitenta e dois milhões e oitenta e quatro, portanto, foi aplicado treze milhões, trezentos e seis mil, a maior, no ensino; Aplicação do FUNDEB foi recebido quarenta e dois milhões, setenta e dois mil, tiveram um rendimento de cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais, totalizando quarenta e dois milhões, setenta e oito mil e foi gasto, aplicado tudo no pagamento de sessenta por cento das Despesas com Pessoal e ainda não dava para pagar as Despesas de Pessoal; as Despesas de Pessoal do sessenta por cento, no ano passado, totalizaram em sessenta e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



um milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, portanto, dezenove milhões, cento e setenta e oito mil foram empenhados nos vinte e cinco por cento; o Recurso que recebiam do FUNDEB não dava para pagar a folha; no próximo quadro tinha o valor detalhado do FUNDEB e o que acontecia, quando caiu a arrecadação do ICMS, FMP, automaticamente, caiu também, a arrecadação do FUNDEB; poderiam ver em janeiro era de quatro e seiscentos; em fevereiro, três novecentos e nove; março, quatro milhões e sessenta e três e que em abril um milhão e meio caiu, dois milhões quinhentos e quatro; maio tinha dois milhões quinhentos e quatro, então, só o mês de dezembro, na realidade, tinha alcançado o mês de janeiro, de quatro milhões caiu, só foi em dezembro; da Aplicação na Saúde, trezentos e vinte e cinco milhões da Receita de Impostos; o total das Transferências era deduzida a parcela que recebiam do FPM de um por cento em julho e uma parcela em dezembro; Empenhos Liquidados, quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil; o valor dos Empenhos da ASAMAS era de setenta e seis milhões, quinhentos e onze; Auxílios e Transferências que vieram para a Saúde somavam dezenove milhões, cento e sessenta e dois mil; Total Aplicado, cento e dois milhões, setecentos e oitenta e três mil; em percentual, trinta e um vírgula cinquenta e cinco por cento; Aplicação Constitucional, quarenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil; foi aplicado, a maior, em ações de serviços de Saúde, cinquenta e três milhões, novecentos e vinte e seis mil; disse que era o que tinham para apresentar e achava que o Presidente iria abrir para os questionamentos; em seguida, o senhor Presidente, disse que estavam recebendo as perguntas pelas redes sociais e ele iria dar prioridade para as redes sociais; falou que assim que ele tomasse a pergunta que chegou pela rede social, ele faria à Secretária; a seguir, ele perguntou se alguém dos vereadores gostaria de fazer uso da palavra; naquele momento, pediu a palavra o senhor Walter Luiz Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos, dizendo que diante dos dados, dos números apresentados pela senhora Secretária puderam notar que estavam vivendo um momento difícil da nossa história, onde tinha a questão de saúde, da COVID, da pandemia que dava cada vez mais reflexos na economia também, e ele se lembrava claramente que o presidente da República, Jair Bolsonaro destacou que as coisas não poderiam andar separadas, elas deveriam andar juntas, a Saúde e a Economia e naquele dia tinham o amargo sabor de perceberem os efeitos chegarem na vida de todos, no dia a dia e era claro que o efeito pior de tudo aquilo estava no Município, era ele que pagava a conta literalmente alta de tudo o que vinha acontecendo na questão economia; perguntou para a Secretária se ela poderia afirmar naquela noite, naquela Casa de leis que as finanças de Jaguariúna estavam equilibradas; a senhora Secretária disse que sim, que as finanças de Jaguariúna estavam equilibradas, com um trabalho muito austero, porque tinha um prefeito totalmente gestor público e eles analisavam cada despesa, cada gasto e ela achava que alguns deles já tinha participado das reuniões de planejamento deles, e o Município estava totalmente equilibrado e ela afirmava aquilo, demonstrando através dos resultados; o senhor



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Walter Luis disse que diante das respostas dela e os números comprovaram e era importante aquela afirmativa, porque notaram que nem todos os lugares estavam iguais, tinham alguns municípios da região com dificuldades e se olhassem Brasil afora, as dificuldades aumentavam cada vez mais daí, ele poderia destacar lá, até na condição de líder do Governo e que acompanhava todas as discussões junto ao Governo Municipal, que o planejamento era a palavra melhor que ele poderia destacar lá, naquela noite; disse que estavam vivendo um momento duro, ele já falou da pandemia, e o prefeito Gustavo Reis foi muito íntegro, muito corajoso, lutou muito ao longo de toda aquela pandemia, desde março do ano passado defendeu os interesse da cidade, mas o interesse principal que ele defendeu foi a vida, em todos os momentos, em todas as suas ações, tomou atitudes impopulares, tomou atitudes enérgicas, mas conseguiram graças a Deus ter números menores em toda a Região Metropolitana da Campinas, dados da COVID; o prefeito também no ano passado determinou por decreto que tivesse um período para poder pagar os tributos municipais de até três meses onde não haveria a incidência de juros, multa, ou qualquer outra cobrança para tentar aliviar a pressão que estavam vivendo, mas nunca imaginaram que aquilo duraria mais quase um ano, em março faria um ano de pandemia e não sabiam o fim dela, a conta apertou, o cinto apertou, tudo apertou, todo mundo estava sofrendo, a economia pegou o empresário, o comerciante, o pai de família, o assalariado e muitos desempregados e quando aquele cenário montava começava a ter a inadimplência e com certeza a inadimplência também chegou até a prefeitura, onde alguns tiveram a dificuldade de pagar a água, IPTU, taxas, licenças, tributos municipais naquele período todo e aquela Casa estava fazendo um trabalho muito forte, pedindo ao Executivo um estudo, uma análise, um trabalho bem elaborado com relação ao REFIS, era o clamor de quem representava o povo, porque de lá para fora muita gente pedia aquilo, pedia para ter a oportunidade de pagar, pedia para ter a oportunidade de conseguir quita e dívida e limpar o nome, de poder ir tranquilamente no mercado e não ter o risco de ter o cartão bloqueado por ação judicial que bloqueou aquelas despesas que ele tinha com a prefeitura e que também era obrigação dele pagar, de todo mundo, na verdade, e eles estavam fazendo aquilo desde o ano passado e com a dificuldade do ano eleitoral a resposta que chegou do Executivo foi, e lá ele deixa a pergunta para ela de qual a possibilidade de apresentarem no ano de dois mil e vinte e um, um projeto de REFIS naquela Casa, para dar condições das pessoas poderem pagar suas dívidas e limpar seus nomes junto com a prefeitura; a senhor Secretária disse que antes de responder diretamente a pergunta dele, ela queria falar alguns números porque a prefeitura também precisava arrecadar para ela ofertar todos os serviços públicos; falou que no mês de fevereiro quando ela pegou a previsão do ICMS que era maior arrecadação, ela percebeu que ela iria ser menor do que o mês pior da pandemia do ano passado, que tinha sido maio; na arrecadação do ICMS maio do ano passado foi de dez milhões oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



centavos, que foi o menor, e quando ela pegou a previsão do ICMS do mês corrente, dez milhões quinhentos e quarenta e oito mil, e com aquele valor ela só pagava a folha que era líquida de sete milhões, então o que sobrava sem o FUNDEB ela só pagava a folha e o hospital; disse que fez um breve histórico só para perceberem o quanto que caiu a arrecadação, o quanto tiveram de ser austero para manter o município equilibrado; falou que no exercício de dois mil e dezessete arrecadou cento e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil de ICMS; dois mil e dezoito foram cento e quarenta e oito milhões, trezentos e seis mil, sete virgula cinqüenta e sete a maior; no exercício de dois mil e dezenove foram cento e setenta milhões, cento e dez mil, catorze virgula sessenta e oito por cento a mais, de dois mil e dezenove para dois mil e vinte, cento e setenta e três milhões, oitocentos e noventa e um mil, dois virgula vinte e dois por cento somente de aumento na arrecadação do ICMS que era a maior Receita, então que imaginassem a dificuldade que passaram para manter o Município equilibrado; disse que historicamente o REFIS não era interessante para o Município, atualmente tinha uma lei que poderia parcelar em vinte e quatro vezes e tinha vinte e cinco por cento de desconto de multa de juros e estavam executando as dívidas até dois mil e dezessete, não executaram ainda dois mil e dezoito, dois mil e dezenove, dois mil e vinte, atualmente tinha cento e dezenove milhões, trezentos e um mil em dezembro, inscritos em Dívida Ativa, e a maior parte da Dívida Ativa era a tarifa de água e esgoto, que era a menor da região, a tarifa mínima era dezoito virgula oitenta e nove por cento; falando do REFIS historicamente, dois mil e dezoito quatro por cento do total que estava devendo em Dívida Ativa chegou e fez o REFIS, daqueles quatro por cento, sessenta e cinco por cento foi cancelado no inscrito, porque tinha os meses, ele não pagou voltava para a Dívida Ativa; em dois mil e dezessete teve outra lei do REFIS, cinqüenta e cinco por cento também desistiu, a sugestão dela era eles montarem uma comissão entre Câmara e prefeitura, para estarem achando uma solução; ela pensava em uma solução definitiva, ela fazia REFIS e todos os anos ela dependia de mandar uma lei para a Câmara, dependia de estarem novamente, achava que poderiam estudar, tinha uma lei que parcelava em vinte e quatro vezes, achava que poderiam esticar aquele parcelamento, ela sugeria montarem uma comissão; lembrou que quando ela foi na Sessão e alguns vereadores falaram com ela que iriam chamá-la para estarem conversando, então realmente ela achava que dava para achar uma saída para estar contemplando a população, a prefeitura, a Casa legislativa, ela achava que criariam uma solução juntos e aquela era a proposta dela; o senhor Walter disse que a Secretária alegrava a noite dele com a fala dela, mas não só a dele, a de muitos que estavam acompanhando eles pelas redes sociais, era a esperança de ter a oportunidade de limpar o nome, de pagar a dívida, do dinheiro entrar de volta para o cofre público, para que pudessem investir em Saúde, educação, Segurança, Saneamento Básico, eles queriam trabalhar com o diálogo, e aquela Casa era a representação do diálogo, e o diálogo começou lá e produziu frutos, então a

Jsc

[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Secretária o alegrava em levar uma proposta como aquela e mostrar para as pessoas que eles trabalhavam em uma democracia onde os poderes se conversavam, entre o Poder Executivo e Legislativo havia o diálogo que era importantíssimo para governar Jaguariúna, então ele a agradecia imensamente pela informação, se colocou a disposição para fazer parte daquela comissão para que pudessem achar uma saída juntos de uma legislação eficiente para a vida das pessoas, para que elas pudessem limpar seus nomes e quitar suas dívidas junto com a prefeitura; perguntou para a Secretária, dizendo que estavam no mês de fevereiro e mês de março era o mês do dissídio do servidor público, e todos os anos tinham diversas discussões, a Casa sempre participou, sempre discutiu junto com o Sindicato e com o Poder executivo aquela questão do dissídio e sabia ainda, que depois do projeto chegar até a Casa não havia o que fazer, não poderiam atribuir gastos para o Poder com qualquer emenda lá, então o que tivesse de dissídio seria votado pela Câmara Municipal porque a Constituição não permitia ser diferente, então naquele momento era hora de discutir, era a hora de conversar sobre aquilo; disse que tinham alguns empecilhos pelo caminho e que ele iria até alertar por alguns e que um deles era a crise econômica, que ela demonstrou por número que tinha um cenário não tão favorável já se mostrando em nível Brasil em virtude da pandemia, mas tinha um problema maior que aquela Casa já enfrentou, que era a lei complementar cento e setenta e seis, que era uma lei federal, que limitava gasto público no Brasil inteiro e os municípios que tinham o fôlego para aquilo, conforme debateram e discutiram lá, indo à exaustão no ano passado, não decretaram estado de calamidade pública, e ele queria saber da Secretária em que fase estavam nas discussões do dissídio dos servidores e se ela já tinha alguma previsão sobre aplicação do dissídio dos servidores públicos municipais; a senhora Secretária disse que em relação ao dissídio, disse que o secretário de Governo, o Valdir estava iniciando a conversa com o Sindicato, primeiro eles aguardavam o que eles pediam, eles encaminhavam uma solicitação e eles faziam a reunião, eles encaminhavam a pauta e em cima da pauta eles faziam o levantamento do que eles buscavam e daí eles discutiriam; disse que no ano passado encaminharam em uma semana o reajuste e na outra semana foi decretado o estado de calamidade pública no Estado, então realmente foi quatro e meio por cento, acima da inflação e mais dezessete por cento no vale refeição que era quinze e foi para dezessete e cinquenta, então eles estavam iniciando os trabalhos, já tinha chegado a pauta e o Secretário de Governo deveria estar passado para ela para ela estar realizando os cálculos e eles verificarem, só que estava um ano muito incerto ainda, o Dória acabou com eles, quando ele publicou aqueles cálculos, o ICMS, tinha uma parcela maior de ICMS historicamente, porque todas as terças feiras eles recebiam o ICMS e todo os meses vinha uma parcela maior e naquele mês não chegou, então a parcela maior ele falou que chegaria dia dois de março e como março tinha cinco terças feiras, ela iria observar se ele iria encaminhar na primeira que não encaminhou em fevereiro e na última que estavam esperando; o senhor Walter agradeceu as respostas dela

JSL

Walter



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



e ao presidente pela oportunidade da discussão e disse que se surgissem algumas dúvidas ainda, ele faria novamente uso da palavra; desejou boa noite a todos; a seguir, fez uso da palavra o senhor Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos dizendo que a preocupação deles desde o ano passado era com a questão econômica, até a Secretaria colocou que eles estavam vinculados com a questão da produção do ICMS porque se o país não produzia eles ficavam com dificuldades na questão da arrecadação, então tinha a questão econômica que ficaram com várias dúvidas na questão do cumprimento das metas durante o ano passado, devido à questão da Saúde Pública; perguntou na questão da Saúde, do total que colocou lá que foi investido, se não tivesse com pandemia, seria aquele mesmo resultado ou não?, porque tinham a tradição em Jaguariúna de sempre investir na Saúde, eles sabiam das preocupações que sempre tiveram, e ele queria que ela comentasse aquilo; outra coisa também que ele percebia era a questão do aumento da miséria em Jaguariúna, não só do ponto de vista da dificuldade das pessoas de arrumar empregos, até de se alimentar, e sabiam que a Assistente Social tinha um papel muito grande na assistência daquelas famílias, daquelas pessoas, e ele queria saber se havia aumentado o orçamento da Secretaria de Finanças, porque tiveram dificuldades também para cumprir o orçamento lá da Secretaria, quis saber como foi feita aquela relação das pessoas com a arrecadação da Secretaria de Finanças, se havia aumentado as despesas, e ele achava que era legal falar daquilo; a senhora Secretária disse que na questão da Saúde, historicamente o Município aplicava mais do que trinta por cento na Saúde, só para o hospital municipal tinha ido mais dezesseis milhões, entre eles doze milhões diretamente para a COVID-19 e ela acreditava que dentro da Secretaria da Saúde, foram também redirecionados alguns recursos, no primeiro momento da pandemia havia represado bastante na questão de exames e de consultas, daí foi voltando ao normal a questão das consultas e ela acreditava que ficaria a aplicação na Saúde um pouquinho menor se não tivesse a pandemia, porque eles tiraram de outras Secretarias para cobrir a questão da Saúde, então a prioridade deles em dois mil e vinte foi a questão da COVID-19, foi a questão dos benefícios eventuais, que aumentou três vezes mais a questão dos benefícios eventuais, as pessoas ficaram desempregadas, os autônomos foram os que mais sofreram, e ela lembrou uma fala de uma Secretária que falou que tinham pessoas que entravam lá e pediam uma cesta básica, pedia um auxílio para pagamento de aluguel que eles nunca imaginaram que faria, mas foi realmente por conta da pandemia; disse que no ano corrente tinha um agravante porque não tinham a certeza do apoio financeiro do Governo, no ano passado os seiscentos reais foram vários meses e no ano corrente estavam falando dos duzentos e cinquenta reais mas era muito pouco e pelo jeito não iria ter apoio financeiro nem para os municípios e nem para Assistência Social e nem para as pessoas, disse que teve uma reunião com a Secretária de Assistência Social e estavam realmente muito preocupados porque estava subindo muito a despesa, os insumos da Saúde aumentaram

Handwritten signatures in blue ink.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



absurdamente, e viam aquilo quando iam ao mercado, a cesta básica que eles doavam para a população, ela aumentou muito o valor então aumentaram a quantidade de cestas básicas, mas ela achava que tinha aumentado em mais de cinquenta por cento do que eles já entregavam fora o programa que tinha Jaguariúna Solidária, várias programações que ajudavam eles na doação de alimentos para a população; disse que tiveram bastante coisas no Município que haviam parado, parou o transporte escolar, mas o transporte escolar que economizaram foi para pagar o pessoal do FUNDEB porque caiu a arrecadação, outros serviços que pararam, a Escola das Artes, depois voltaram devagar mas ela não estava em sua totalidade, os Campeões do Futuro, os projetos do esporte, da Cultura, realmente ficaram meio que paralisados, voltando só um pequeno percentual à ativa e aquilo para eles economizarem e eles estavam aplicando na COVID-19; falou que a continuidade da pandemia eles não imaginavam e ia fazer um ano, como o vereador Walter falou, e eles estavam muito preocupados, por outro lado o Governo do Estado aumentou o imposto da parte de tecnologia e tinham empresas grandes de tecnologia e tinha uma discussão de que tinha parte da empresa que iria embora, tinha parte que iria ficar, embora soubessem que cairia a arrecadação e aquilo iria refletir futuramente e não era uma tarefa tranqüila mas, ter um município equilibrado que não poderia deixar faltar nada e que tiveram o programa das marmitas para as crianças no ano passado, e que tinham retornado as aulas e o valor dos insumos que estavam gastando para retornar as aulas, tinham os dispenser de álcool em todas as escolas, tinha de colocar as fitas de distanciamento, comprar os equipamentos para os professores, as máscaras para as crianças, porque o volume era muito grande, com mais de nove mil crianças na Rede Municipal e o custo não estava sendo baixo; agradeceu aos vereadores por terem aprovado a lei do parcelamento da JAGUARPREV porque fazia com que eles tivessem um fôlego e como ela falou na ocasião era tudo incerto, eles não sabiam o que iria acontecer, se naquele mês iria receber menos ICMS do que já tinha recebido no pior momento de dois mil e vinte quando começou a pandemia e tinham todas as despesas que aumentaram, os insumos do tratamento de água, um absurdo, os insumos da Saúde, a questão da cesta básica, o aumento da folha, as incorporações do funcionários, era um crescimento vegetativo que rinha na folha e estavam muito preocupados, estavam muito com os pés no chão e analisando cada despesa que o Secretário pedia e eles discutiam muito, eles costumavam dizer que por conta de qualquer quinhentos reais, mas era daquela forma que economizavam em tudo, estavam levando em consideração, porque naquele momento não poderiam gastar com outra coisa, a não ser a questão da COVID-19, da pandemia, em Saúde, e na assistência social o retorno às aulas e a questão da água também que era uma fragilidade e que naquele momento deu certo, a licitação da ETA; disse que aquele era o foco deles no exercício de dois mil e vinte e um que não seria um ano fácil, estavam vendo o resultado na arrecadação; a seguir, pediu a palavra o senhor Francisco de Souza Campos, que cumprimentou a todos e disse que observando os dados



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



lá apresentados ele queria entender e queria que ela explicasse um pouco melhor, como Jaguariúna tinha uma situação austera, sendo que tinha uma dívida consolidada de vinte e oito milhões de reais e um restos a pagar de dez milhões de reais no exercício de dois mil e vinte; a senhora Secretária disse que o restos a pagar de doze milhões novecentos e trinta e um mil ela mostrou o resultado lá e aquele resultado de doze milhões positivo que tinha estava fora ainda aqueles dez milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil que eles ainda tinha e atualmente não tinha mais, e sim tinha cinco milhões de restos a pagar e daqueles cinco milhões, três milhões e meio eram provenientes de convênios e o recurso também estava na conta, então aqueles doze milhões positivos estava toda a despesa empenhada, inclusive os dez milhões de restos a pagar, então aqueles doze milhões seria positivo a mais do que tinham em restos a pagar, e naqueles restos a pagar tinham os encargos da JAGUARPREV, que só ela eram cinco milhões, tudo do décimo terceiro e da folha de dezembro, em relação à dívida consolidada aqueles vinte e oito milhões, os oito milhões cento e setenta e cinco mil estavam parcelados até maio de dois mil e vinte e quatro, tinha uma pequena parte dele e ele já estava previsto dentro do Orçamento do Município, então era tranquilo pagar as parcelas daquele financiamento porque já estavam dentro da Lei Orçamentária, já estavam previstos, inclusive ficava a despesa dentro da Secretaria de Finanças, o INSS também estava parcelado, aquele acordo de dois mil e dezesseis da JAGUARPREV terminava em novembro do ano corrente, que era o último parcelamento, que eram nove milhões e setecentos mil, e restando aquele um milhão trezentos e cinco que era um parcelamento de cento e dezoito mil e encerrava em novembro, então ao nova lei da JAGUARPREV oitocentos e setenta e cinco, o Desenvolve SP ainda não começaram a amortizar, estavam pagando ainda os juros, porque tinha uma carência e pagavam por volta de cento e cinquenta mil, cento e oitenta mil por mês, o INSS passava de dois mil e vinte e um, achava que ia até dois mil e vinte e dois, os fornecedores tinham a parte da FAJ que também estava parcelado, o FINISA também não começou amortizar, então era tranquilo, inclusive o índice de liquidez do Município que era calculado pelo passivo circulante e a disponibilidade de caixa, deu um virgula vinte e seis por cento no balanço patrimonial, que significava que tinham uma vez de toda dívida, a disponibilidade de vinte e seis por cento a mais do que a dívida; a seguir, o senhor Walter Luiz Tozzi de Camargo pediu a palavra e disse que ele queria fazer uma colocação diante da explicação técnica e bastante objetiva dela, para todo mundo entender, quando eles contraíam qualquer tipo de investimento e lá ele via o FINISA e outros tipos de situações, quando contraíam um acordo junto à JAGUARPREV, até que aquela própria Casa votou, aprovou e consolidou, era como se ele fosse nas Casas Bahia e comprasse lá uma televisão e levasse o carnê para casa e para que ele levasse o carnê para casa, ele tinha de saber que ele teria saldo suficiente para pagar o carnê, senão não passava lá a compra dele, ele não ia conseguir pagar, então naquele momento o Município tinha números e tinha saldo para pagar, então quando tinha



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



aquela situação, não dava para dizer que o Município tinha dívida e sim que o Município tinha compromissos, obrigações a serem cumpridas muito em breve e que fazia parte do Orçamento, não só do Orçamento previsto para dois mil e vinte e um, mas dois mil e vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro, que era o compromisso daquela Gestão, traduzindo para as pessoas que os acompanham de casa, era dizer que o Município tinha obrigações, compromissos assumidos, mas ele não tinha dívidas exatamente naquele sentido e que ele conseguia honrar com sua arrecadação os obrigações assumidas; a senhora Secretaria disse que inclusive tinha a obrigatoriedade de estar colocando dentro do Orçamento, por exemplo, aquele resultado mais de doze milhões positivos de dois mil e vinte eles pagaram uma boa parte de dívida fundada que era da Administração anterior e que inclusive a JAGUARPREV que tinha ainda um valor para dois mil e vinte eles pagaram doze meses daquele parcelamento de dois mil e dezessete, e naquele novo de oito milhões cento e setenta e cinco da JAGUARPREV iam pagar onze meses naquele exercício já previsto no Orçamento e para o próximo exercício tinha de colocar doze parcelas, dois mil e vinte e três doze e mais cinco parcelas em dois mil e vinte e quatro porque ele encerrava em dois mil e vinte e quatro; o senhor Walter disse que ele não tinha nenhum compromisso com as Casas Bahia, ele só deu um exemplo por ser um assunto popular para que as pessoas que os acompanhavam conseguissem entender, poderia ser o Magazine Luiz, a Cibelar, as Lojas Cem, mas para dar crédito exigia as garantias, e quando deram garantias era porque eles deveriam saldar aqueles créditos lá; a seguir, o senhor Francisco de Souza Campos, pediu a palavra novamente e disse que ele queria falar para as pessoas que estavam em suas casas os acompanhando que em relação ao JAGUARPREV, aquela Casa de Leis aprovou o parcelamento em até quarenta parcelas e eles como vereadores tinham de cobrar se a cidade tinha uma situação financeira austera, aquelas parcelas tinham de ser pagas o quanto antes, era o que ele entendia como vereador naquela Casa e era o que ele iria fazer durante o mandato parlamentar dele, até porque eles pagariam menos juros e correção monetária; outro ponto que ele queria questionar também era em relação ao Desenvolve São Paulo, que foi contraído, além da suspensão do pagamento da JAGUARPREV, foi contraído uma dívida de quase nove milhões de reais e ele gostaria que ela explicasse como aquela dívida seria paga nos próximos anos; a senhora Secretária disse que o Desenvolve SP era um financiamento que foi contraído em dois mil e dezenove ele foi contraído um financiamento para pagar em sessenta meses e tinha um carência de dois anos, então estava pagando os juros e ia começar a questão da amortização ela achava que em dois mil e vinte e dois, e a mesma coisa do carne das Casas Bahia, se fizesse tinha uma carência para pagar, era a mesma coisa de um imóvel, se alugou dava uma carência depois começava realmente pagar, então eles estavam pagando os juros ainda, depois ele se estendia e tinham meses para estarem quitando aquele financiamento; em relação a JAGUARPREV ela explicou até na época como pagaram nove milhões seiscentos e oitenta



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

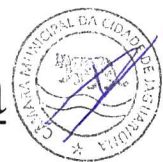


e cinco mil e só parcelaram oito milhões cento e setenta e cinco mil, o valor parcelado era menor do que pagou de Administração anterior; na época também ela falou da questão da reserva e eles estavam positivo, mas a questão da reserva justamente no momento que eles não sabia como iria ser a economia, eles não poderia dispor da reserva por aquele motivo que encaminharam o projeto de lei para estar parcelando naquela Casa, e ele tinha inclusive a clausula de que se não pagassem três parcelas ele vencia automaticamente todo o parcelamento, mas eles iriam cumprir sim, como cumpriram os parcelamentos da Administração anterior; o senhor Francisco disse que ele achava que eles tinham de falar e deixar a Gestão anterior no passado porque o Gestor anterior inclusive tiveram só dois nos últimos vinte anos, o outro já estava na casa dele; a senhora Secretária disse que quando ela falava em administrações anteriores era justamente para comprovar na austeridade tudo o que lês já pagaram e estavam encerrando, eles estavam falando de dois mil e vinte; o senhor Francisco disse que se ela quisesse eles poderiam falar também do primeiro mandato do atual prefeito; a senhora Secretária disse que eles estavam falando do encerramento de uma Gestão, ela estava mostrando os números de dois mil e vinte e era natural compararem o fechamento de uma gestão com o fechamento de outra, como o gestor passado deve ter comparado com o da gestão anterior com a gestão dele, ela só estava demonstrando a austeridade de que o Município estava positivo tanto para pagar a dívida consolidada, que já pagaram muito e já diminuiu e a questão dos restos a pagar também; a seguir, pediu novamente a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que ele queria também esclarecer ao nobre vereador pelo questionamento, ele o parabenizava por estar levantando situações lá e relevantes para aquela audiência pública, aquele era o momento certo e exato de debaterem lá as idéias e aquilo eles bateram muito, até nas redes sociais para dizer para que assistissem as audiências públicas, aquilo era importante, até para saber onde estava indo os impostos, o dinheiro de todos, os investimentos da cidade, era importante aquilo, e ele queria aproveitar o ensejo e lembrar um pouquinho do Desenvolve São Paulo que foi um programa atribuído para aquela Casa ao qual ele fez parte, votou a favor e outros tantos colegas aprovaram os nove milhões, lembrando que dos nove milhões, seis milhões foi para recape e a diferença dos três milhões foi para o asfalto do Floresta, Bom Jardim e Santo Antonio do Jardim, já dito por aquela Casa em diversas oportunidades, por vários vereadores, que eram regiões difíceis, esquecidas, que tinham dificuldades, então quando falavam em investimentos, estavam pensando na pessoas e ficar falando em números lá era ficar falando de mimimi, "fala lá para o cara que tem de ir com o carro dele, de ambulância, com o ônibus escolar chegar", a conta fechava, porque na conta estava previsto o orçamento, o carnê não ia se não tivesse condição de pagar e quanto tinha condição de pagar, conseguia o crédito, quando não tinha, não passava e o Desenvolve São Paulo era Governo do Estado, era muito duro passar o recurso lá e o critério que eles usavam eram difíceis, então eles tinham de ver as pessoas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



que estavam lá do outro lado, com aquele investimento, recebendo o benefício, era importante eles falarem aquilo, senão eles iriam ficar falando somente em dinheiro e uma administração pública não falava só em dinheiro porque ela não visava lucro e sim, ela visava resultado, o asfalto deu problema e vereador daquela Casa foi lá e falou que estava uma porcaria e foi refeito pensando nas pessoas, lutando pelas pessoas, então era importante colocarem aquilo; falou da questão de antecipação de parcelas, que quando eles discutiam parcelas porque elas cabiam no orçamento e o resto do dinheiro sobrava para a Saúde, Educação, merenda, Segurança Pública, Transporte, Meio Ambiente, para a água e não adiantava pagar a dívida para evitar juros e abrir a torneira e não sair água, e ele estava falando de um problema que tinha em Jaguariúna enfrentar e a Secretária acabou de dizer que estava finalizando um processo licitatório para ter água, para melhorar o sistema de água e as pessoas queriam aquilo, queria poder ir para o hospital e ter vaga, queriam hospital para ter atendimento médico, para ter consulta, para ter remédio, senão eles iriam falar em finanças econômicas e logo ele teria de falar que eles teriam de investir na bolsa, pegar o dinheiro da prefeitura para investir na bolsa para ter lucro e não era aquilo que ele queria para a cidade dele, ele queria que a população dele vivesse com conforto em um ano difícil, complicado, onde o presidente da república estava dizendo, “ano complicado para todo mundo, o governador de São Paulo falava que estava complicado poder governar o Estado de São Paulo; disse que ele esteve na Casa Civil naquela semana, conversando com o chefe do Gabinete da Casa Civil e ele falou da preocupação que estavam tendo e o que acontecia no país era que estavam cheios de briga política, mas pensar no povo eram poucos; em seguida, a senhora Secretária disse que complementando a fala do vereador disse que estavam fazendo um aditamento com o hospital onde eles estariam ampliando os leitos de UTI para atender a população; a seguir, pediu a palavra o senhor Wilian Barbosa do Morrinho, que cumprimentou a todos e disse que ele que não era expert em números estava entendendo, tendo dúvidas também, juntamente com todos que estavam assistindo e os cidadãos e cidadãs de Jaguariúna; primeiramente ele gostaria de falar como já teve a oportunidade de falar quando conversaram pela primeira vez, com relação ao REFIS, eles não queriam apenas o REFIS pelo REFIS, eles estavam atendendo muita gente que tinha aquele problema de dívida, as pessoas estavam tendo, cada vez mais com a tecnologia do judiciários, estavam tendo penhora, não que fosse um caminho que deveria ter volta, o judiciário precisava realmente da efetividade e execuções, porém, ele tinha se deparado com execuções de salários, inclusive de salários de servidores públicos devido a dívidas fiscais, pessoas que estavam com dinheiro bloqueado devido a falta de pagamento de água, imposto e não tinha dinheiro para pagar com juros, honorários advocatícios; disse que esteve olhando o ultimo REFIS de dois mil e dezenove e ele achava inclusive que eles teriam de ter um avanço naquilo e que o REFIS não daria para ser só trinta parcelas diante da crise que estavam vivendo, do acumulo de dívidas, demorava para a execução fiscal,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



eles sabiam que estava se acumulando, quando a execução era rápida, a dívida era menor, a pessoa conseguia se adequar, a morosidade da pessoa também estava sendo acompanhada pela morosidade do Poder público em executar, e se deparavam com casos em que as pessoas não iam conseguir, e o que eles fariam?, iriam caminhar para a penhora do imóvel da pessoa, um único imóvel?, ele sabia que era permitido por lei por se dívida tributária fiscal, mas iriam ter lá uma família na rua, despejada, com idoso, com criança?, então era preciso avançar, e ele acreditava que criar uma comissão e discutir e chegar a um denominador comum, algo permanente ele achava que seria importante, mas depois que chegasse a lei do REFIS porque eles teriam uma lei e votariam e ele acreditava que se entrasse naquela discussão eles iriam enveredar pelos meses de março, abril, maio e iriam acabar vendo aquilo lá para a frente e eles iriam apresentar um processo para a população que seria efetivo e bem mais distante, então ele acreditava que eles tinham de fazer aquilo logo, não precisava ser repetido em dois mil e vinte e dois, eles teriam tempo para discutir um novo mecanismo, um novo projeto de lei para aperfeiçoar o que já existia, mas em dois mil e vinte e um seria para apagar incêndio e já tinha feito tantas vezes, se já fez em dois mil e dezoito, dois mil e dezessete, dois mil e dezenove, no pior ano que iam ter onde as pessoas não pagaram IPTU no ano passado, que vinha se arrastando de dois mil e dezenove, ele acreditava, na opinião dele e que ele não sabia se era a mesma dos pares, ele rogava para que o Executivo mandasse aquele projeto o quanto antes, ele acreditava que todos iriam aprovar com unanimidade e que ampliasse as parcelas, inclusive se viesse aquelas trinta parcelas, ele acreditava que eles teriam de brigas lá para que aquilo aumentasse, aquela era uma posição dele; com relação à exposição tinham visto lá ele não entendia o que era reserva, mas era um superávit de doze milhões ele entendia o que seria que ficou no caixa, a senhora Secretária disse que era o que ficou a curto prazo, como eles falavam; o senhor Wilian disse que teve um caso de reeleição na cidade, houve uma continuidade da Administração do Executivo, mas no começo do ano teve uns questionamentos e as mesmas respostas com relação à suspensão dos serviços e ele gostaria de saber se houve no caso um posicionamento para que segurasse licitações no ano de dois mil e vinte para que comesçassem a serem feitos aqueles processos dois mil e vinte e um ou houve uma falta de planejamento, porque era uma coisa que acontecia de rotina, como exemplo as cestas básicas, tinham na rotina o consumo aumentando e gritante, devido a pandemia, mas teve em janeiro o não fornecimento da cesta básica social porque não tinha contrato, estava em licitação, e perguntou se não dava para ter aquela licitação antecipada, quando acabasse o prazo de vencimento de uma, já tivesse outra engatilhada, porque tinha recursos, e não tinha a limpeza, e conversava com a Secretaria de Obras que dizia que a empresa não estava licitada, perguntou se já não deveria ter um planejamento para aquele dinheiro que havia sobrado?, porque ele pensava como o vereador falou, eles não queriam que o dinheiro ficasse lá rendendo, como o dinheiro estava no cofre, o dinheiro



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



de arrecadação, de imposto, do contribuinte, repasse do Governo do estado era para ser empregado para que a população não tivesse aquelas dificuldades, aquelas suspensões, dizendo que não dava para mandar porque estavam esperando licitações, e já era o mesmo Secretário, o mesmo Governo, e ele estando como vereador lá sentiam muito de que eles não conseguiam aquele serviço porque ainda não tinha feito a licitação, não tinha o serviço pronto, o prestador que pudesse fornecer o bem ou fazer o serviço; a senhora Secretária disse que na questão do REFIS ela falou alguns números e até de montar a comissão e ela acreditava que não demoraria e que a Casa poderia estar trabalhando, indicando alguns nomes e eles pegariam os nomes da prefeitura, o prefeito faria uma portaria e eles começariam os trabalhos; em relação às licitações no primeiro momento nenhuma licitação foi paralisada, eles priorizaram a questão da COVID-19, mesmo porque a questão dos insumos paralisou toda a parte de licitação que ficava na Secretaria dela, secretaria de finanças, paralisaram todo mundo para priorizar os insumos que era a COVID-19, em relação a cesta básica não foi paralisado, ela não conseguia dizer o que aconteceu nas cestas básicas, o que aumentou muito foi a questão dos números das cestas básicas e ela iria levar o questionamento para a Secretária de Assistência Social que ela poderia estar respondendo melhor aquilo, porque uma licitação de cesta básica não iriam paralisar nunca, então alguma coisa em legislação, alguma coisa burocrática naquele meio de caminho aconteceu, em relação a parte de limpeza ela sabia que estava sendo feita uma nova licitação que estava em andamento, tinham algumas informações que a Secretária falou na reunião de Secretários, e a maior parte do mato da cidade estava em terrenos de terceiros, e ela tinha de notificar, dar quinze dias, ela sabia porque ela morava em uma chácara e em quinze dias a altura da grama e dos matos era impressionante, então a questão burocrática e de tempo, ela sabia que ela estava fazendo um novo formato de uma licitação, já estava em andamento, ela acreditava que fosse aquilo que aconteceu, ela levaria o questionamento e ela poderia responder com mais propriedade, porque ela conseguia responder pelos contratos que eram da Secretaria de Finanças, mas as questões pontuais ela levaria os questionamentos e eles chamariam a secretária da Pasta na Câmara ou ela encaminhava uma resposta ao legislativo; a seguir, o senhor Wilian disse que ele gostaria de colocar o seu posicionamento com relação ao Desenvolve São Paulo e ao FINISA, em especial ao FINISA ele teve a oportunidade de conservar com a Secretária quando ele tomou posse naquela Casa, ele esteve no gabinete dela e ele tinha uma posição de defesa e acreditava que se tivessem a possibilidade de ter acesso ao dinheiro, eles poderiam levar aquele recurso Para o município, como crédito, aquilo ele falava desde a época em que pode participar com o Executivo do Município, falava com o Secretário da época, o Wagner Brito e ele também tinha uma posição, existiam pessoas que eram mais conservadoras, não assumiam dívidas, mas ele particularmente, como ele entendia que eles tinham de lavar recursos, fazer o que tinha de fazer, porque tinha de buscar juros baixos de uma forma que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



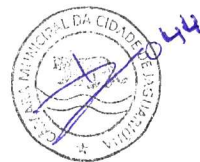
se adequasse ao Orçamento e que o serviço fosse cumprido; disse que ele sentia pela pandemia, por não terem a estação de tratamento de água talvez até concluída se o ano fosse um ano favorável com relação a questão de saúde, porque era constante os telefonemas e as reclamações com relação a falta de água no município, tinha virado crônico, bairros que tinham qualquer elevação, onde a água ia por gravidade, tinham muitos bairros que não tinham reservatórios, talvez tivessem de entrar naquele financiamento, onde o valor que sobraria da construção da ETA para a construção daqueles reservatórios onde estavam tendo uma condição de deficiência no fornecimento maior mas, ele achava que era um caminho, tinham dois financiamentos, um que já tinha sido praticamente executado que era o recape e tinha o FINISA que seria para a ETA e para a iluminação e ciclovias, embora houvesse projeto na Casa, sobre o PPP, onde também a discussão com relação a uma parceria pra que conseguissem colocar a iluminação que ele pensava que tinham de sair ao contrário, do centro da cidade para os bairros, começassem dos bairros para o centro, porque sentiam que a criminalidade estavam saindo os bairros mais distantes, onde tinha uma densidade um pouco maior, roubos e delinquência naqueles locais, e ficava aquela questão na opinião dele e que tinham de manter aqueles créditos para o Município; a senhora Secretária disse que a capacidade do Município de dispor de um valor alto de imediato era complicado, por aquilo que recorriam aos financiamentos era demonstrado que o Município tinha a capacidade de pagar, inclusive tinham de demonstrar que ele estava previsto no Orçamento senão não conseguiam a aprovação do recurso e tinha toda uma burocracia para conseguirem o financiamento; a seguir, o senhor presidente disse que como todos lá já haviam dado suas pontuações ele daria espaço para as perguntas daqueles que os acompanhavam pela internet; naquele momento senhor Walter Luís Tozzi de Camargo pediu palavra perguntando se ele poderia tecer mais um breve comentário, dizendo que como presidente da Comissão ele levaria juntamente para a Secretária da Pasta aquele questionamento, para poderem apresentar uma resposta o mais breve possível sobre a questão da previsibilidade de planejamento na compra de cestas básicas naquela secretaria e na condição de presidente ele pedia aquela gentileza a ele e ele falou também de serviços públicos, não era da pasta dele daí teria de ser com outra comissão, ele queria fazer aquela colocação; para finalizar disse que ele teve recentemente um reunião com a secretária e não pareceu haver nenhum tipo de colapso naquele sistema e era simplesmente uma previsibilidade de entregas que aconteceu com o fornecedor, mas ele não iria se alongar na conversa sem ter a informação precisa para passar para ele, mas ele iria buscar e levar na próxima sessão para esclarecer a situação; o senhor Wilian disse que saiu até na imprensa a questão do pregão, do chamamento do pregão, o edital do pregão de cestas básicas e saiu dois mil e vinte e um e o questionamento dele era que já poderia ter iniciado aquele processo, por aquilo que ele questionava, porque havia uma previsão de que iria consumir, de que tinha de ter, então qualquer mês, ele ficou sabendo que as famílias pegaram a cesta

[Handwritten signatures in blue ink]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



no dia dezoito de dezembro e só iria ter outra cestas, as famílias que já estavam cadastradas no cadastro único de assistência do governo, só pegaram no dia dezoito então, ficou um lapso muito grande entre as entregas, entre dezoito de dezembro até o dia dezoito de fevereiro e naquele meio tinham as emergenciais, aquela família que não era cadastrada, que não precisava mas, que naquele mês ou eventualmente acabaram necessitando do alimento; a seguir, pediu a palavra o senhor Francisco de Souza Campos, dizendo que estavam lá para discutir números também para poderem dar a devida transparência aos munícipes que os assistiam e aqueles que os questionavam nas ruas, ele disse que eles tinham visto e não só ele, porque eles recebiam muitas demandas dos munícipes, viam muitos próprios públicos que não tinha a devida manutenção e ele achava que a secretária deveria receber muitas solicitações, inclusive de secretários de outras Pastas solicitando para fazer investimentos, melhorias no município, e ele observou que nas despesas de dois mil e vinte a despesa de capital foi quase cinco por cento, e ele gostaria de entender se ela entendia que atualmente o montante teria de ser maior para eles poderem atender todas as demandas, ele acreditava que dos próprios secretários de outras pastas que ela recebia, não só dos munícipes, mas dos outros secretários também; a senhora Secretária disse que todos os dias tinham demandas de muitos secretários mas, mas, naquele momento a prioridade deles eram as despesas correntes, que através das cestas básicas, os benefícios eventuais da Secretaria de Assistência Social, as despesas correntes da volta as aulas, por conta da aquisição dos insumos, das pequenas reformas nas escolas para atender as crianças que chegariam; a questão do hospital que consumia, estavam fazendo um aditamento de mais de quatro milhões, que também seria para despesas correntes para contratar mais médicos para criação das UTIs, dos insumos, e a questão da água que tinha a previsão de um valor significativa na questão de investimento para a água no orçamento de dois mil e vinte e um; disse que nos investimentos para o exercício de dois mil e vinte e um tinha sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil dentro da Secretaria de Meio ambiente e depois seguia, quatro milhões duzentos e vinte e sete no Meio Ambiente e sete milhões dentro da Secretaria de Obras; não sabiam até quando ia a pandemia, imaginaram que a pandemia seria encerrada no exercício de dois mil e vinte, conforme o avanço, poderia ser que um valor que tivesse como investimento, tivessem de remanejar aquele valor para conseguirem atender o aditamento com hospital, beneficio eventual, porque tinham um histórico e seguiam o valor mais ou menos do histórico que tinham, então se ele aumentava muito, se tivesse de aumentar mais ainda, cada UTI que aumentava era um custo a mais, tinha de ter uma equipe para estar cuidando eram profissionais que custavam, e eram medicamentos diferentes, insumos diferentes, como por exemplo tinha um quarto que tinha COVID, então antes o enfermeiro, o médico trabalhavam o dia todo com o avental, mas atualmente não, porque se ele entrava no quarto, ele colocava o avental, ele saia ele tirava o avental, jogava fora avental, jogava fora mascara, tinha aquele que colocava no pé, então

Jsc
[Signature]
[Signature]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

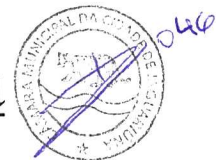


tirava todo aquele insumo e jogava fora, ela acreditava que em dois mil e vinte e um as despesas iriam focar mais em despesas correntes e não nas despesas de capital; o senhor Francisco disse que entendeu e que tinha uma escala de prioridades, porque ele via que a cidade tinham muitas demandas relacionadas à Mobilidade Urbana e a manutenção de próprios, muitas praças da cidade estavam abandonadas, então faltavam recursos para cumprir todas aquelas demandas, se ele entendeu bem; a senhora Secretária disse que a questão das praças ela sabia que existia um cronograma junto à Secretaria de Obras que ela estava dando atenção à todas as praças sim, os grandes investimentos realmente iriam ter de aguardar um pouco para priorizar as outras áreas; o senhor presidente, naquele momento disse que ele tinha três perguntas das redes sociais e uma ele achava que ela já tinha respondido parte dela; falou que a pergunta ficava em relação à dívida pública de Jaguariúna, qual era o real valor dela e o que estava sendo feito para amortizá-la; perguntou se ela queria que ele fizesse as três perguntas de uma só vez ou uma de cada vez; a senhora Secretária disse que ela iria responder aquela; o senhor presidente disse que ela poderia falar um pouquinho da dívida ativa naquela pergunta; ela falou que tinham quarenta e um milhões de restos a pagar e a dívida consolidada que era uma dívida parcelada como ela já falou, ela tinha de estar prevista no Orçamento, então iam pagar uma parte daquela dívida em dois mil e vinte e um, uma parte em dois mil e vinte e dois e o Município tinha disponibilidade de caixa para estar pagando e cumprindo todo o parcelamento das dívidas e todo os restos a pagar que era a dívida flutuante, inclusive toda a dívida flutuante do tesouro já foi quitada, o que restava ainda era a dívida com recursos vinculados com os convênios; o senhor presidente perguntou qual era o número de professores e qual o valor aplicado com eles, e disse que ficou sem entender se era o valor do FUNDEB se era o valor que arrecadava no Município de impostos municipais, enfim, mas se ela pudesse responder; a senhora Secretária respondeu que ela não sabia precisar quantos professores tinham da Rede mas o valor total em dois mil e vinte era sessenta e um milhões duzentos e cinquenta e seis mil, aquela folha era dos professores, coordenadores, diretores, não era só do FUNDEBN; o senhor presidente perguntou quantos funcionários públicos tinham atualmente no município; a senhora Secretária respondeu dois mil e quatrocentos funcionários; o senhor presidente disse que tinha mais uma pergunta, conforme foi apresentado junto aos slides, o percentual gastos com encargos, salários e despesas de pessoal era muito baixo em relação à Receita Corrente Líquida, o que tornava possível a concessão de um reajuste digno para os servidores, dentro do limite prudencial e quanto poderiam esperar para o ano corrente?, acreditavam que seria possível também um aumento do vale refeição, haja visto o valor dos alimentos que tinha prejudicado não só os servidores mas, a população de uma maneira geral, ele achava que aquela pergunta deveria ter sido de algum servidor público; a senhora Secretária disse que a questão do percentual da despesa com pessoal, dentro da Receita Corrente Líquida, que era uma receita do município, tinha o valor da arrecadação da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



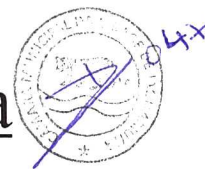
JAGUARPREV que era um valor que não podiam utilizar mas era aquele o calculo feito, tinha um valor dos quarenta e dois milhões do FUNDEB que poderia utilizar com as despesas com o pessoal do magistério, tinha dentro daquele valor todo o repasse que chegou do Governo estadual e Federal, que somaram quase dez milhões vinculados a COVID que era para a compra de insumos, fazia parte da Receita Corrente Líquida e dentro dela tinha o valor pequeno de transporte, de merenda, do recurso passado para a Saúde, do Fundo a Fundo, tinham várias receitas dentro da Receita Corrente Líquida que não poderia estar utilizando para disponibilizar para pagamento de folha, o calculo era feito daquela maneira mas tinham muitas coisas lá dentro que ela não poderia estar utilizando, naquele percentual estava fora ao vale refeição, o vale alimentação e cesta básica também, dada para o funcionalismo público e eles iriam iniciar as discussões com o Sindicato e estavam aguardando a pauta para ver o que conseguiam estar fazendo com o Sindicato; o senhor presidente disse que outra pergunta era se tinha algum departamento focado em trabalhar para a cobrança dos inadimplentes, da divida ativa ou se tinha algum terceiro realizando aquele serviço atualmente; a senhora Secretária disse que aquele serviço era executado pelos funcionários, tinha o departamento da divida ativa dentro da Secretaria de Finanças e tinha um departamento vinculado a cobrança, mais a parte judicial que ficava junto da secretaria de negócios jurídicos; o senhor presidente falou que foi relatado a arrecadação mais de sessenta e quatro milhões com impostos municipais e perguntou com o que era mais consumido aqueles sessenta e quatro milhões no Município atualmente, o que mais consumia os impostos municipais; a secretária disse que os impostos municipais tinha quarenta por cento de destinação certa, porque ela tinha de aplicar no mínimo vinte e cinco por cento na Educação e no mínimo quine por cento em Saúde, então sessenta e quatro milhões era proveniente do IPTU, do Imposto de Renda, que retinham na fonte, o ISSQN e o ITBI e toda parte de transmissão de imóveis, fosse a parte de juros, fosse a divida ativa, estava todo dentro daqueles sessenta e quatro milhões, e mais de quarenta por cento já tinha destino certo, os demais recursos poderia estar utilizando para pagamento para folha, como recursos para o hospital, quanto pagar as marmitas da merenda escolar ou transporte ou beneficio atual, ele poderia ser utilizado para qualquer despesa, fosse despesa corrente ou fosse aquisição de um equipamento ou até uma construção; o senhor presidente disse que faria mais uma pergunta que era vigente e que muita gente perguntava que dizia a respeito das despesas em dois mil e vinte, cinqüenta e quatro virgula vinte e cinco por cento das despesas eram gastos com pessoal e encargos; a senhora Secretária disse ser de despesa corrente; o senhor presidente disse de trinta e nove por cento e perguntou porque um valor tão grande daquela forma, perguntou se existia alguma coisa que fazia aquele valor ser maior, a média salarial era maior, tinham muito ou pouco funcionário, como ela avaliava aquela questão?; a senhora Secretária perguntou se o vereador estava falando da despesa corrente, ele disse que era dos trinta e nove por cento, dava quase quarenta por

[Handwritten signatures in blue ink]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cento e o questionamento dele era em relação àquilo, se tinha muitos encargos; a senhora Secretária disse que estavam precisando contratar funcionários, aumentou a despesa por conta da pandemia, tiveram que afastar os funcionários de risco, automaticamente acabou pagando hora extra a mais para os que estavam trabalhando; chegou o concurso público com oitenta cargos, já estava na finalização do edital, dentro de trinta dias seria publicado, começo de março e ela acreditava que daí iriam conseguir diminuir um pouco a despesa com funcionários, porque como ela falou não tinham concurso vigente e precisaram gastar, dar mais hora extra para os funcionários conseguirem cumprir principalmente os serviços essenciais para não ficarem sem os serviços, como a área da Saúde, na área da Educação, na área do Saneamento, e que tinham o funcionalismo público que trabalhava na prefeitura há um bom tempo e muitos com situação de risco por conta da idade foram afastados e precisaram aumentar as despesas; o senhor presidente perguntou, depois do hospital, que era o fornecedor que mais comprometia a Receita, porque obviamente o hospital era o maior, era da Saúde, não tinha como; a senhora Secretária disse que achava que depois da despesa de pessoal, depois da despesa com hospital, na ativa, quando tudo estava funcionando tinham um bom gasto com o transporte escolar, porque o transporte era fornecido tanto para a educação básica que era uma obrigatoriedade do município, tanto para o nível superior e para o nível médio que daí não era obrigatoriedade do município, mas ele também fornecia, daí não era só um fornecedor; o senhor Francisco de Souza Campos perguntou e não era com terceiros; a senhora Secretária disse que sim, com terceiros, daí eram várias empresas, não só uma; o senhor Wilian disse, naquele momento que tinha também no mesmo campo do transporte tinha o subsídio do transporte, o municipal que deveria pegar uma fatia boa do orçamento, a senhora Secretária disse que ele consumia uma boa fatia, mais de três milhões no exercício de dois mil e vinte, só do subsídio, depois tinha a despesa do lixo que era quase meio milhão por mes; o senhor Francisco de Souza Campos disse que achou que aquela era uma pergunta muito pertinente que ele achava que até era interessante para a próxima audiência pública se pudesse ao menos ter o top dez dos gastos com fornecedores, com os principais ele achava que seria legal para mostrar para a população; a seguir, o senhor presidente questionou se alguém mais tinha alguma pergunta; pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva dizendo que ele tinha uma constatação e que o pessoal falou tanto do recapeamento, do asfalto, ele queria falar lá daquela região do Bom Jardim, do Floresta e Santo Antonio d Jardim, se eles fossem fazer pelas vias normais eles teriam de fazer um plano comunitário onde todos os moradores teriam de pagar, algumas cidades produziam o carne, as vezes s valores chegavam através do IPTU e eles acabaram fazendo com o dinheiro que conseguiram lá, um plano comunitário onde envolveu toda a população, porque teriam de pagar aquela questão do empréstimo e iria sair de toda população de Jaguariúna, então eles estavam no plano comunitário e toda população acabava bancando aquilo, então era bom

Sr

[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



deixar claro que como foi tentado por vários anos, ele achava que ficou mais de quarenta anos sem asfaltar, aquela questão do plano comunitário e era bom estarem falando aquilo, porque as vezes as pessoas achavam que as coisas eram fáceis e ninguém fazia nada sem investimento, sem dinheiro então o que foi feito lá toda a população de Jaguariúna estava ajudando ter o asfalto lá naqueles bairros tão carentes, que ficou tanto tempo e ele achava que era bom destacar aquilo; o senhor presidente disse que tinha mais uma pergunta, que em números atuais qual era a capacidade de endividamento do município; a senhora Secretária disse que ela não ia conseguir responder de pronto mas ela poderia verificar e inclusive recebeu o gerente regional da caixa oferecendo dinheiro ao município, dizendo que Jaguariúna era nota A no tesouro nacional de endividamento, portanto, ele foi oferecer dinheiro, mas mudava o resultado como encerraram o exercício mudava, mas tinham a capacidade de investimento, tanto que Jaguariúna era nota A no tesouro nacional, a capacidade era bem alta de investimento, ela mandaria a resposta para aquela Casa; em seguida, o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo disse que questões levantadas naquela audiência pelos vereadores ele tinha algumas respostas naquele momento para oferecer, já obtendo diretamente com as Secretarias Municipais das suas respectivas pastas e ele achava que assunto bom era assunto finalizado; falou que a questão do FUNDEB para professores, quatrocentos e oitenta professores recebiam através do FUNDEB na Rede Pública Municipal, PEB I e PEB II, segundo a Secretária de Educação que acabou de mandar para ele; com relação às cestas básicas para a Assistência Social, ficou demonstrado pela Secretária que houve a abertura de um processo licitatório em dois mil e vinte e ele tramitou por todos os caminhos da prefeitura, tendo uma certa demora na Secretaria dos Negócios Jurídicos, em virtude do volume elevado de trabalho daquela Secretaria e ele foi concluído e tinha contratadas setecentas cestas básicas por mês, podendo atingir até oitocentas e cinquenta de maneira contratual, porém, o aumento da demanda estava sendo assustador, não só de cestas básicas como de benefícios eventuais, como aluguel social, como auxílio gás, enfim, todos os outros recursos que a assistência social passava; informou que o planejamento da Secretaria dizia respeito a entrega de cestas básicas num cronograma estabelecido por ela, nos dias dezoito, dezenove, vinte e vinte e um de todo mês, aquele era o trabalho feito por aquela Secretaria; agradeceu a Secretária Cristina Catão por fornecer informações precisas naquele momento e também a Secretária Andréia que passou aquela demanda e a todos que os acompanhavam pelas redes sociais; agradeceu a Rita Bergamasco, vice prefeita, dizendo que era sempre um prazer tê-la com eles e agradeceu pelas informações prontamente fornecidas; disse que ele fez uma fala recentemente que sabiam dificuldades dos Governos do Estado e Federal e os repasses estavam diminuindo e cortavam o benefício eventual, cortava o auxílio na pandemia e o Município pagava a conta então, se não estava dando conta lá, era para mandar para Jaguariúna que eles resolviam, o Município resolvia, o prefeito Gustavo Reis



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



resolvia aquele ele confiava e ele tinha a certeza de que ele iria fazer a coisa funcionar desde que o dinheiro chegasse, não adiantava cortar benefícios, era para repassar os benefícios aos Municípios, ele era municipalista, defendia o Município e era para mandar para Jaguariúna porque ele sabia que tinha boa gestão e competência para fazer o trabalho; o senhor presidente disse que uma despesa maior seria com transporte devido a pandemia, naturalmente o transporte escolar não funcionou, ele perguntou como foi feito em relação àquilo se foi possível suspender os contratos ou tiveram de continuar pagando; a senhora Secretária disse que foram suspensos; o senhor presidente perguntou se aquele dinheiro foi enviado para a Secretaria, a senhora Secretária disse ele permaneceu na Secretaria de Educação, porque o dinheiro do FUNDEB não dava para cobrir as despesas com os profissionais do Magistério e automaticamente aquelas despesas foram para os vinte e cinco por cento, tanto que eles investiram quase trinta por cento, não teve a despesa do transporte mas teve do FUNDEB, a despesa foi substituída e tiveram a despesa fora que não entrava nos vinte e cinco por cento, que o transporte que economizou no ensino médio e superior, foi para pagar as marmitas que eles forneceram mais de três mil e duzentas marmitas diárias; a seguir, o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo disse que faria as considerações finais agradecendo a presença da senhora Secretária naquela noite, agradeceu imensamente as informações lá levadas, aquele era um compromisso assumido entre o Executivo e Legislativo e ele achava que era um avanço no processo democrático aquela discussão; pediu mais uma vez uma atenção, um carinho especial quando discutissem o dissídio do servidor, porque estavam no momento de negociações; disse ao presidente do Sindicato, o Cacá que os acompanhava e ele recebeu a mensagem dele, foi protocolado naquele dia as demandas do Sindicato eles iriam analisar com muito carinho; agradeceu a servidora Rita que mandou mensagem durante a audiência, ele achava importante aquela participação direta, fosse com o servidor, fosse por email, que tinham aquele canal e ela deu um exemplo bacana dizendo que o Município precisou parcelar para não perder o investimento e sugeriu para parcelar o REFIS também para ajudar as pessoas que estavam em suas casas e poderem não perder investimentos dentro das suas casas, então ficava lá a dica da Rita que foi muito bacana; agradeceu a ela; agradeceu e parabenizou o presidente que conduziu brilhantemente a sua primeira audiência, debutando naquela Casa como presidente da Comissão de Orçamento, o parabenizou; parabenizou o Francisco pela discussão dele e disse a ele que as vezes os ânimos se acaloravam mas não era como vereador mas sim vendo o sofrimento das pessoas, mexia com eles, eles tinham coração e ele sabia que quando ele colocava era porque tinham realidades e vidas que chegaram até ele defendia aquelas vidas; o parabenizou desejando que ele fosse sempre daquela forma; parabenizou o pai dele que sempre participou daquelas audiências com brilhantismo, era um amigo correto e muito querido; agradeceu a oportunidade ao presidente, aos vereadores Morrinho, aos demais presentes na Casa e um último agradecimento ao



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



prefeito Gustavo Reis disse que ele tinha a certeza que estavam em boas mãos e não tinha sido a toa que ele voltou a ser prefeito, não era a toa que ele tinha uma missão de mais quatro anos; disse que a equipe competente estava lá, uma das representantes, dentre outras, falou para o prefeito contar com aquela Casa nas demandas que fossem necessárias; disse que era um ano duro e difícil e que não seria fácil para ninguém mas, ele sabia que a coragem dele iria superar os limites; a seguir, o senhor Afonso Lopes da Silva disse que ele achava que todo mundo falava de alguns conceitos, algumas definições mas para eles estarem demonstrando aquilo, ele achava que tinham de fazer na prática, as pessoas achavam bonito falar de transparência, achava bonito falar de participação e naquela noite tiveram aquilo, de transparência levando os números e as pessoas sentiram na prática, eles falando lá, haja visto a questão da Assistência Social que foi destacado lá, eles estavam atendendo várias famílias e aquilo não era discurso, aquilo era prática e todo mundo sabia que acontecia; na questão da Saúde, qual cidade do tamanho de Jaguariúna que tinha um hospital de campanha, que o Gustavo Reis sabiamente deixou, que se tivesse fechado o hospital de campanha no final do ano passado, a situação estaria muito complicada; aquilo acontecia porque eles demonstravam e faziam na prática e apresentavam os números que foram feitos lá, então era muito bom falar das coisas e demonstrar e quando se falava de transparência, tinha de estar demonstrando de dando o exemplo, então ficava muito contente com a apresentação da Secretária, brilhante como sempre e a Câmara sempre estaria a disposição; sugeriu que a própria Comissão de Orçamento fizesse aquela ponte com a prefeitura, ele achava que a Comissão já estava formada e que só faltava eles combinarem o jogo como seria feito, era uma sugestão que ele fazia lá para que tivesse fluidez na idéia dela, na proposta dela para que conseguissem colocar aquele tema tão importante no dia a dia, o Morrinho já colocou lá, o próprio Waltinho, na questão do REFIS, então eram coisas que as pessoas paravam eles na rua, ligavam para eles na questão do REFIS, então, já que a população estava clamando eles tinham de dar resposta para aquela reivindicação tão importante para as pessoas conseguirem sair do vermelho; a seguir, o senhor Francisco de Souza Campos agradeceu a participação dos munícipes saque assistiam de suas casas e disse que era muito importante a participação deles, naquela noite levaram questões pertinentes à Casa à Secretária de Administração e Finanças; convidou todos para as próximas e demais vereadores da Casa; a seguir, o senhor presidente agradeceu a tos que os assistia pelas redes sociais, disse que foi informado de que tinham quinze pessoas assistindo pelas redes sociais; parabenizou os cidadãos e disse que era daquela maneira que iriam trabalhar para uma cidade que acreditavam e que sonhavam; disse que a participação dele era fundamental e como presidente daquela Comissão ele sempre disse que gostaria de levar o cidadão para o protagonismo das discussões e era aquilo que iriam fazer naquele biênio; aquele era o espaço para questionar tudo o que tinha dúvida, e tinha um canal aberto para que

OSO
[Handwritten signatures]



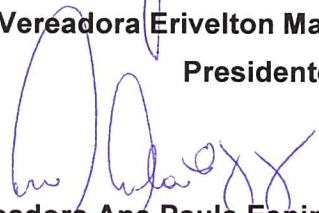
Câmara Municipal de Jaguariúna

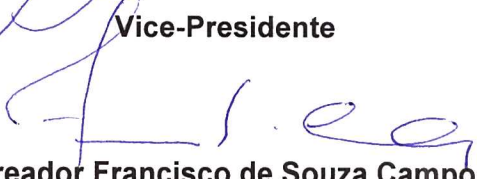
Estado de São Paulo



pudessem enviar as dúvidas e as solicitações para que fossem esclarecidas lá de maneira simples e íntegra para todos; desejou boa noite a todos, agradeceu a presença de Secretária e disse que iriam juntos sempre trabalhar por uma cidade admirável. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereadora Erivelton Marcos Proêncio
Presidente


Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz
Vice-Presidente


Vereador Francisco de Souza Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 12 de março de 2021

Ao Senhor

Vereador Afonso Lopes da Silva

Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia, autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2020, acontecida no dia 22 de fevereiro, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

Nº de Ordem 518

Fls. Nº 046 Livro Nº 041

12/03/2021 Davide

Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 12 de março de 2021

Ofício n.º 127/2021. - PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2020**, realizada aos 22 de fevereiro do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.